

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
MESTRADO EM LETRAS – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LITERATURA**

EDEVANDRO SABINO DA SILVA

GAÚCHO FARROUPILHA: VISÕES E REVISÕES

Prof^a. Dr. Denise Almeida Silva
Orientadora

Frederico Westphalen

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDEVANDRO SABINO DA SILVA

GAÚCHO FARROUPILHA: VISÕES E REVISÕES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras como requisito parcial e último à obtenção do grau de Mestre em Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen. Área de Concentração: Literatura.

Orientadora: Prof. Dr. Denise Almeida Silva

Pesquisa financiada pelo CAPES.

Frederico Westphalen, 2009

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
MESTRADO EM LETRAS – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

Gáúcho Farroupilha: Visões e revisões

Elaborada por
Edevandro Sabino da Silva

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora – Prof. Dr. Denise Almeida da Silva

Prof. Dr. Rosani Úrsula Ketzner Umbach – UFSM

Prof. Dr. Breno Sponchiado – URI/Frederico Westphalen

Frederico Westphalen, 17 de setembro de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho para a professora Dr. Ada Maria Hemilewiski coordenadora desse programa de Mestrado, que esteve presente em toda minha vida acadêmica, sendo minha professora na graduação, especialização e também nesse curso de mestrado, sempre demonstrando acreditar na minha capacidade. Deixou em cada aluno muito mais do que o conhecimento específico da literatura, mas também a certeza de que, mais do que sonhar, se precisa lutar para que ele se torne realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao término desse trabalho investigativo creio que sejam necessários alguns agradecimentos: inicialmente agradeço a Deus, que acredito sempre estar a meu lado me auxiliando nas decisões que a vida obriga a tomar.

Agradeço também aos meu pai, Edeimar, e minha mãe Nelsa, que sempre me apoiaram me dando força nas horas mais difíceis e compreenderam minha ausência em momentos de lazer e diversão. Um dia sonharam, e hoje compartilham este importante momento comigo.

Aos meus irmãos, Edenilson e Janaina que sempre colaboraram cada um do seu jeito, para que esse momento acontecesse.

Aos professores do programa do Mestrado, pela sabedoria compartilhada, e por me acompanharem nessa caminhada.

Aos colegas pelas experiências trocadas durante as aulas e nos encontros extras e pelo companheirismo e diálogo.

À secretária do Mestrado, Magali de Pellegrin, que esteve sempre disposta a facilitar as questões burocráticas.

Por fim, e de maneira muito especial, agradeço a minha orientadora, professora Dr. Denise Almeida Silva, que sempre esteve disponível para orientar, dar ideias, indicar bibliografias, apontar soluções para os problemas que surgiam no decorrer da pesquisa, abrindo meu olhar para uma atuação comprometida com a literatura. Mais que uma orientadora, uma verdadeira amiga, que sempre soube entender minhas dificuldades e limitações. Meu eterno agradecimento.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a representação do gaúcho farroupilha nos *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto e no romance *A Prole do Corvo*, de Luiz Antonio de Assis Brasil. A dissertação foi estruturada da seguinte maneira: o capítulo I traz um estudo sobre as articulações entre história e ficção, especialmente no que se refere à narração da história e a da ficção, e as relações com a coletividade e sua ideologia. Busca-se, também, compreender o paradigma histórico que subjaz aos romances analisados. No capítulo II procurou-se substrato para a compreensão dos eventos históricos aludidos nas obras analisadas, registrando-se as causas, principais eventos e a forma como a Revolução Farroupilha foi mitificada. O terceiro e o quarto capítulos trazem as análises dos *Contos Gauchescos* e do romance *A Prole do Corvo*, respectivamente. Conclui-se que ambos os textos ficcionais, quer reinscrevendo o mito do gaúcho centauro e do militar nobilitado, mas distanciando-os, quer desmitificando a aura de nobreza e heroicidade dos heróis farroupilhas rompem com a concepção assimilada pelo imaginário popular, permitindo que um espaço amplo de reflexão seja aberto.

Palavras-chave: Gaúcho. Farroupilha. Literatura/História. *Contos Gauchescos*. *A Prole do Corvo*.

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de estudiar la representación del gaucho farroupilha en los *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto y en el romance *A Prole do Corvo*, de Luiz Antonio de Assis Brasil. La disertación fue estructurada de la siguiente forma: el capítulo I traza un estudio sobre las articulaciones entre historia e ficción, especialmente no que se referí a las narraciones de la historia y de la ficción, y suyas relaciones con la colectividad y suya ideología. Buscase, también, comprender el paradigma histórico que subyaz a los romances analizados. En el capítulo II procurase substrato para la comprensión de los eventos y la forma como la Revolução Farroupilha fue mitificada. El tercero y cuarto capítulos traen las analices de los *Contos Gauchescos* y del romance *A Prole do Corvo*, respectivamente. Concluirse que ambos los textos friccionáis, que reinscrevendo el mito del gaucho centauro, de lo militar nobilitado, que desmitificando la aura de la nobleza y heroicidad de los héroes farroupilhas rompe con la concepción asimilada por el imaginario popular, permitiendo que un espacio amplio de reflexión sea abeto.

Palabras clave: Gaucho Farroupilha. Revolución Farroupilha. Literatura-Historia. *Contos Gauchescos*. *A Prole do Corvo*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 HISTÓRIA E FICÇÃO: ENTRECruzamentos POSSÍVEIS	17
1.1 ENTRE A HISTÓRIA E A FICÇÃO: A LÓGICA DO “VER COMO” E DO “TER SIDO”	17
1.2 ENTRE O REAL E INTELIGÍVEL: O DISCURSO DA HISTÓRIA E O DISCURSO DA FICÇÃO	24
1.3 A ARTE COMO FATO SEMIOLÓGICO: AS RELACÕES ENTRE ARTE E COLETIVIDADE	30
2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: VISÕES E REVISÕES	37
2.1 PROLEGÔMENOS: DA VACARIA DEL MAR AO FORTALECIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE	37
2.2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA	41
2.3 A MITIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA	44
3 BLAU NUNES, FURRIEL FARROUPILHA	52
4 FARROUPILHAS, PROLE DE CORVOS	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo lançar um olhar renovado a representações literárias do gaúcho farroupilha. O alvo da investigação, aparentemente tão óbvio, impõe, desde logo, algumas reflexões, uma vez que o termo “gaúcho” passou por processo bastante significativo de oscilação semântica; além disso, tal como “gaúcho”, o termo “farroupilha” se recobre de densa camada ideológica. Este último termo será alvo de análise mais demorada quando, ao resenhar visões e revisões da Revolução Farroupilha, examina-se seu conteúdo simbólico. Por ora, examina-se a forma pela qual a imagem do gaúcho sofreu várias transformações até chegar a alcançar a nobilidade que via de regra lhe é atribuída, ainda, em alguns contextos, como nos festejos anuais da Semana Farroupilha.

É Augusto Meyer¹ que serve de guia a essa vagueação pelos desvios da história dessa palavra. Para ele, consultar o vocabulário gaúcho equivale a resgatar paisagens retrospectivas, que se enquadram na moldura da história, pois se acha impregnado de miríades de sugestões e vozes, algumas nascidas da espora, outras associadas ao galpão, aos pastos verdes, os castelhanismos petulantes, a paisagens distantes e também à geografia que tão de perto fala ao nosso coração: querência, pago, rincão.

O vocábulo “guasca” foi o primeiro a ser designado ao homem que tinha habilidades com o couro. O artigo era de grande importância para a sobrevivência, pois era de couro que se faziam muitos objetos de uso comum, como caixas, cestos, sacos, cordas, e até a cobertura dos carros. Canhões eram forrados com couro, como eram os botes que serviam para atravessar os rios, as vigotas dos edifícios ou e até mesmo as casas e seus móveis. De acordo com o testemunho de um historiador, era com a pele crua que se faziam os apetrechos campeiros, tais como laços, rédeas, maneias, cabrestos, rebentos e boleadeiras; por esse motivo, o homem que assim agia passou a ser chamado de guasca, vocábulo com que se designa a tira de couro cru. Como Meyer resume:

¹ MEYER, 1960, p. 11-42.

Tudo isso está contido no vocábulo *guasca*, síntese daquela idade, alcunha um tanto crua com que se cognominaram os nossos campeiros, generalizada mais tarde entre os brasileiros do norte para designar indistintamente filhos do Rio Grande.²

O sentido inicial do termo *guasca* não demorou muito para ser desbancado. *Guasca largado* passou a ter conotação elogiosa, e ser considerado um título de hombridade e destemor para o gaúcho, e o termo foi impregnado de violenta expansão de individualismo. Essa condição elogiosa foi expressa no cancioneiro popular, cuja exaltação da coragem pessoal ecoa a exaltação da bravura que é comum à infância de todos os povos, e é abordada por qualquer cancioneiro, romanceiro ou epopéia.

Conquanto, como se vê, o termo *guasca* já estivesse impregnado de muitos dos atributos elogiosos que se associam à visão mitificada do gaúcho, antes dessa palavra apareceu “gaudério”, aplicada aos aventureiros paulistas que desertaram das tropas regulares e se identificavam com a vida rude dos coureadores e ladrões de gado. O vocábulo aparece em documentos, isso ainda em 1770, quando Bernardo Ibañez realiza uma tradução castelhana do diário do Padre Tadeu Xavier Henis sobre a guerra dos guaranis.³

Assim, num primeiro momento, gaúcho não descreve o homem do Rio Grande do Sul, embora qualquer desertor fosse candidato à sociedade dos coureadores e gaudérios, que, como Meyer define, foi uma “associação de rapinagem mais ou menos organizada que chegou a constituir grave problema para os guardas volantes da campanha”.⁴ Essa atividade marginal estende-se por mais de um século na história do pampa, e ainda perdura no contrabandista menos abarbarado.

É associada a contrabando e ladroagem que a palavra gaúcho vai aparecer, já em 1787, no *Diário Resumido*, em que se fazem referências aos “vagabundos, ou ladrões do campo, quais vaqueiros, costumados a matar os touros chimarrões, a sacar-lhes os couros, e a levá-los ocultamente as povoações, para sua venda ou troca por outros gêneros.”⁵

² MEYER, 1960, p. 17.

³ Também conhecida como Guerra Guaranítica. Refere-se aos violentos conflitos que envolvem os índios guaranis e as tropas espanholas e portuguesas no sul do Brasil após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Os índios guaranis da região dos Sete Povos das Missões recusam-se a deixar suas terras no território do Rio Grande do Sul e a se transferir para o outro lado do rio Uruguai, conforme ficara acertado no acordo de limites entre Portugal e Espanha.

⁴ MEYER, 1960, p. 20.

⁵ MEYER, 1960, p. 22.

Até meados do século XIX esse sentido pejorativo se mantém inalterado. Meyer justifica o comportamento do homem sul rio-grandense com base na realidade daquele momento, quando as fronteiras eram abertas e sujeitas a uma revisão de limites que se prolongou por mais de cem anos. Além desses “campos abertos” influenciou, também, na fase da conquista e do povoamento, a natural atração por um estilo de vida mais ou menos livre, e o gado, solto e abundante, que assegurava fácil sobrevivência. Sentindo esse *call of the wild*, era frequente a deserção das tropas regulares. Resumindo o círculo vicioso formado por latifúndio, pastoreio patriarcal, abundância de gado alçado e fronteira aberta, Capistrano de Abreu descreve esse gaúcho marginal de vida ancha, a propósito da Colônia de Sacramento: “Este ninho, antes de contrabandistas que de soldados, foi talvez o berço de uma prole sinistra, os gaúchos ou gaudérios, originários da margem esquerda do Prata famosos durante largas décadas e ainda não assimilados de todo à civilização”.⁶

Havia, no entanto, um lado bom no ladrão de gado, no andarilho, no coureador do campo, o que explica, em parte, a razão pela qual se transformou o sentido primitivo da palavra gaúcho, revestindo-se de outro mais encomiástico. Esse homem tinha muitas habilidades para a lida campeira e também para a guerra, qualidades que foram exploradas pelos representantes da lei. As milícias, tropas ocasionais, surgiam e se desfaziam com a mobilidade que se fazia indispensável às guerras dos pampas. Uma vez que a gaucharia acudia aos apelos dos comandantes e estancieiros, sempre se formavam aos poucos novos laços de solidariedade entre eles. Outro fator que contribuiu para tal transformação foi a mudança do estilo de vida da campanha: o trabalho foi sendo organizado e o nomadismo diminuiu, aumentando assim o meio regular de subsistência. O gaudério passou a ficar, por mais tempo, fixo em um lugar, e se tornava agregado:

Foi por este lado que o diretório *gaúcho* entrou a recompor-se de sentido, tomando um banho de regeneração. Evolia o valor da palavra que servia antigamente para caracterizar o seu tipo social, ou de classe. Impregnava-se de novos matizes em seus significados secundários, perdia as arestas e polia-se ao trato rotineiro, tornando-se, por assim dizer, inofensiva, como as velhas armas penduradas em panóplia, que se transformaram em troféu.⁷

Os gaúchos não eram mais vistos como grosseiros, brutos, ladrões, homens sem princípio, salteadores e bandidos. Ao invés da altivez e da grosseria o que os caracterizava, agora, era o sentimento cavalheiresco. Contudo, o conteúdo do vocábulo

⁶ ABREU, 1954, p. 287, apud MEYER, 1960, p. 28.

⁷ MEYER, 1960, p. 33.

impregnava-se de significados contraditórios: vagabundo, mas valente nas guerrilhas, coureador, mas excelente campeiro. Na poesia popular, tomado como sinônimo de bom ginete e de campeiro destro, identificava-se com guasca e monarca; ao falar em gaúchos livres, os poetas referem-se aos que lutam pela causa federalista, repassando a expressão de sentido cívico. Mais tarde, o gaúcho “centauro dos pampas” ou “monarca das coxilhas” ganharia espessura mítica, como se comenta ao final do capítulo 1.

Até aqui se descreveu a mutação do termo gaúcho, usado para definir um tipo social. Lentamente a palavra transforma-se em nome gentílico. O Rio Grande do Sul agora definia seu povo assim como os outros estados: barriga verde, capixaba, fluminense, potiguar e aqui vivia o gaúcho.

Tal como o termo gaúcho, de longa história, o tipo humano que lhe corresponde, tanto o ligado à livre vida do vaqueano no pampa como aquele envolvido na militarização do pampa, tem longa história em nossas letras. Ao realizar um levantamento sobre as fontes temáticas das letras riograndenses, Marobin constata que, entre elas, constam os fatos históricos, mas também as paisagens, os eventos históricos e o povo: os índios, imigrantes, e a miscigenação, entendida não somente como de raça, mas também cultural. Dessa atmosfera miscigenada se origina, dentre outros, o “monarca das coxilhas”. Resulta uma literatura com características especiais e complexas, que é pressionada pelos pólos opostos do regionalismo e universalismo.

O estudioso distingue duas paisagens, uma externa, que corresponde ao que se percebe em uma região, tal como flora, fauna, costumes, trajes, arquiteturas, e outra interna, que é composta pela grandiosidade das recordações históricas como, por exemplo, a história dos tapes das missões, das tradições, dos farrapos, das lutas fronteiriças, das batalhas e bravura dos heróis gaúchos. A esse último grupo pertencem a Revolução Farroupilha, de 1835 e o tratado de Poncho-Verde, de 1845, acontecimentos que são analisados nesta dissertação a partir de sua representação literária.⁸

Como já aludido, o cancionero popular encarregara-se de difundir a imagem do “monarca da coxilha”. Nos primeiros documentos dessa poesia é frequente o uso da palavra monarca, dando a entender que o filho da campanha levava uma vida mais ou menos folgada, bem próxima da que caracterizava o gaudério. Nessa época também aparece o verbo monarquiar no sentido de fazer monarca, dominar, imperar:

⁸ MAROBIN, 1985, p. 24-34.

Andava lá na cidade
 Num matungo caborteiro,
 Ia ao tranquilo no mais,
Monarqueando folheiro

Ser *monarca* da coxilha
 Foi sempre o meu galardão
 E quando alguém me duvida
 Descasco logo o facão.⁹

O termo gaúcho aparece nos cantos de monarquia revestido de calor encomiástico:

Quem é gaúcho de lei
 É bom guasca de verdade,
 Ama, acima de tudo,
 O bom sol da liberdade.

Nos campos de minha terra,
 Sou gaúcho sem patrão;
 De a cavalo, bem armado,
 Minha lei é o coração.¹⁰

Além de monarquiar, também aparece o verbo gauchar, de sentido restrito, referindo-se ao gaúcho de lei, o bom guasca, gaúcho sem patrão, o monarca da vida mais ou menos livre. Foi na esteira da busca romântica da cor local que, no Rio Grande do Sul, até início do século XX, era o pampa, o campo, que buscou no gaúcho o principal construtor desse cenário. Como vaqueano ou estancieiro marca-se, na literatura regionalista, o tipo heróico, auto-suficiente, que defende seus ideais, a sua bandeira até a morte.

Ironicamente foi José de Alencar, que não tinha conhecimento direto do gaúcho que, ao alimentar o nacionalismo vigente na literatura no pós-independência, depois de ter se ocupado do índio, do garimpeiro e do sertanejo, voltou-se para o gaúcho. Como Chaves comenta,¹¹ interessa a Alencar traçar uma oposição ante a civilização européia dos conquistados e o novo mundo, destinado à regeneração da humanidade. Nesse contexto, julgou divisar no gaúcho a “alma do pampa”, dotado de beleza, nobreza, coragem, altivez, brio e consciência da liberdade. Sob o pano de fundo da Revolução Farroupilha, seu personagem Manuel Canho percorre a província em violentas ações épicas. Assim, Alencar sobrepõe ao “monarca das coxilhas” o “centauro dos pampas,”

⁹ MEYER, 1960, p. 37, ênfase do autor.

¹⁰ MEYER, 1960, p. 37.

¹¹ CHAVES, 1999, p. 70-1.

metade homem, metade cavalo, machista solitário e violento, mas sempre pronto a executar um gesto de bravura.

Em 1868, com a fundação da Sociedade Partenon Literário, é inaugurado o ciclo regionalista da ficção do Rio Grande do Sul. Sente-se clara a influência do romance de Alencar: de Apolinário Porto Alegre a Heráclito, passando por *Os Farrapos* de Oliveira Belo, o signo do escritor cearense paira sobre a representação do centauro dos pampas e é facilmente reconhecido

O rompimento com este regionalismo anacrônico trazido pela ideologia patriarcal proposta por José de Alencar acontece em 1910, quando Alcides Maya publica *Ruínas Vivas*. O autor, altamente urbanizado, mantinha contato com os ciclos sociais do Rio de Janeiro e as principais correntes do naturalismo. Nesse romance, Maya tenta voltar a um passado cavaleiresco que descamba no que Lúcia Miguel-Pereira adjectiva como uma “época morta”¹², que mal disfarça o esgotamento do modelo.

Nesse contexto, Simões Lopes Neto apresenta-se como um “divisor de águas e, também, um desses raríssimos casos em que o regionalismo brasileiro ultrapassa a mera realização da realidade para instaurar uma *visão do mundo*”.¹³ A obra de Simões Lopes constitui-se, segundo Chaves, na própria síntese do acervo precedente: Blau Nunes, o protagonista dos *Contos Gauchescos*, reinscreve a grandeza, audácia e hospitalidade gaúcha, mas seu percurso pelos campos abertos, interligando a sucessão episódica, não é mais apenas um itinerário que busca as paragens típicas. A narração revela os casos de que Blau Nunes participou, construindo assim sua autobiografia, que coincide com o período de formação da sociedade riograndense. Dessa forma, oferece a história indiretamente; como representação imaginária de um mundo em crise, o gaúcho deixa de ser objeto de idealização romântica. Embora os contos tenham nascido na percepção da circunstância regionalista, a fala do vaqueano Blau Nunes torna-se o ponto de convergência entre a tradição folclórica e o testemunho histórico, o drama coletivo e a experiência pessoal.¹⁴

O crítico gaúcho raciocina, com base no *Antonio Chimango* (1916) de Amaro Juvenal, que o desmantelamento do mito do gaúcho heróico se evidencia porque há a separação definitiva entre o patriciado rural e seus peões, rompendo-se, assim, o vínculo fundamental que sustentava aquela imagem, agora exaurida com o esgotamento da

¹² MIGUEL-PEREIRA, Lúcia, apud CHAVES, 1999, p. 72.

¹³ CHAVES, 1999, p. 72, ênfase do autor.

¹⁴ CHAVES, 1999, p. 72-73.

ideologia que a engendrara. Como sugerido pela sátira de Juvenal, a incompetência dos “chimangos” levou à ruína da fazenda; por outro lado, avulta a figura do tropeiro, que com seu trabalho e sacrifícios anônimos, situa-se como verdadeiro herói. O projeto social do romance de 30, como traduzido no ciclo do gaúcho a pé produzido por Cyro Martins em *Sem Rumo* (1937), *Porteira Fechada* (1944) e *Estrada Nova* (1953), denuncia o modo como as tropelias guerreiras e episódios triunfais do gaúcho dão lugar ao gaúcho à pé, com a industrialização do pampa.

Como Chaves ainda resenha, Erico Veríssimo vai propor essa questão ideológica em termos diversos em o *Tempo e o Vento* (1949), através de um romance histórico e crítico que acompanha a trajetória das famílias Terra e Cambará desde as suas origens até os meados do século XX, sem “verbalizações épicas”. Embora no romance tenham guarida sucessão de combates e afirmações de valentia, ocorrem dentro de uma concepção humanista e avessa à violência. No romance de Veríssimo, a saga farroupilha permite vislumbrar a história, não uma história em linha vertical, mas “um jogo de contrastes no qual o romancista observa o homem e a humanidade”.¹⁵ Mais recentemente, quando, em 1978, surge *A prole do Corvo*, Assis Brasil coloca sob a luz da ficção uma visão extremamente crítica dos acontecimentos da Revolução Farroupilha: nada mais do antigo mito resta em seu romance.

Esse breve passeio pelos significados cambiantes do termo gaúcho e o histórico da representação desse tipo humano na literatura não pretendeu ser completo nem profundo. Quer-se apenas introduzir o tópico a ser analisado dentro de uma perspectiva histórica, de modo a melhor situar a maneira como a Revolução Farroupilha e seus heróis são retratados pela literatura de Simões Lopes Neto em *Contos Gauchescos*, e por Antonio de Assis Brasil em *A Prole do Corvo*.

Era preciso pensar como analisar os cruzamentos entre a história e a literatura presentes nessas obras. Assim, num primeiro momento, procurou-se pensar a ficcionalização da história e a historicização da ficção tanto através de um viés semiológico como histórico, e também a partir da visão de um romancista, Saramago, e com a ajuda de reflexões de Barthes e Mukarovsky, e de historiadores que optaram por rejeitar o paradigma rankeano.

No segundo capítulo buscou-se recordar o que foi a Revolução Farroupilha: suas causas e principais eventos são registrados como forma de fornecer substrato para a

¹⁵ CHAVES, 1999, p.. 77.

compreensão dos eventos históricos aludidos nos contos de Simões Lopes Neto e que também se constituem no pano de fundo histórico a partir do qual Assis Brasil escreveu o romance aqui analisado. Ainda nesse capítulo, registra-se a forma como esse evento foi mitificado, discute-se o sentido de mito nesse contexto e se registram as relações entre esse processo mitificador e a ideologia das classes dominantes. Segue a esses capítulos a análise literária propriamente dita.

1 HISTÓRIA E FICÇÃO: ENTRECruzAMENTOS POSSÍVEIS

Busca-se, neste capítulo, substrato teórico para a análise textual. Investigam-se as articulações entre história e ficção, especialmente no que se refere à narração da história e a da ficção, incluindo-se considerações acerca do fato narrado, do tempo recuperado em tal relato e das relações entre o texto e a coletividade e sua ideologia. Procura-se, também, compreender o paradigma histórico que subjaz aos romances analisados.

Inicialmente, Paul Ricoeur e José Saramago oferecem substratos para se pensar as relações literatura-história. Ricoeur fixa sua atenção no tempo narrado na história e na ficção: suas reflexões sobre como a história e ficção servem-se mutuamente para refigurar o tempo e ajudam a pensar tanto a ficcionalização da história como a historicização da ficção através da lógica do “como se”. Por sua vez, Saramago pensa os caminhos que podem ser seguidos pelo romancista, refletindo sobre possíveis opções que se abrem ao escritor quando escolhe trilhar os caminhos da história em sua ficção a partir da lógica do “ter sido”. Busca-se ainda compreender os discursos da história e da ficção, não apenas de uma perspectiva semiológica, entendendo-se as implicações do significado do discurso e de suas relações com a ideologia (Barthes), como a partir das perspectivas que se abrem ao historiador e ao ficcionista quando deixam de lado o paradigma rankeano. Finalmente, pensam-se as relações entre literatura e sociedade através da visão da literatura como fato sociológico de Mukarovsky.

1.1 ENTRE A HISTÓRIA E A FICÇÃO: A LÓGICA DO “VER COMO” E DO “TER SIDO”

É no contexto de um estudo sobre a refiguração efetiva do tempo cósmico, tornado humano pelo encontro entre história e ficção, que Paul Ricoeur¹⁶ estuda as possibilidades reais para o entrecruzamento entre ambas. Num primeiro momento, traçara as variações imaginativas desenvolvidas pela ficção e a reinscrição do tempo

¹⁶ RICOEUR, 1997 p. 315-333.

fenomenológico sobre o tempo cósmico por parte da história. Dessa heterogeneidade de respostas, passara ao estudo do paralelismo entre a representação do passado histórico e a transferência do mundo fictício do texto ao mundo do leitor, assinalando confluências entre história e ficção. A análise do entrecruzamento entre história e ficção tem lugar dentro do quadro de uma teoria ampliada da recepção cujo momento fenomenológico é o ato da leitura. Nesse contexto, transita-se da divergência à convergência entre a narrativa história e a de ficção, e dessa convergência ao entrecruzamento entre ambas.

Ricoeur define o entrecruzamento da história e da ficção como a “estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimo da intencionalidade da outra”.¹⁷ Isso é possível por que a história se serve da ficção para refigurar o tempo e a ficção também se vale da história com igual objetivo, numa concretização recíproca que corresponde, na teoria narrativa, ao “ver como”, o qual, em *A metáfora viva*, Ricoeur classifica como a referência metafórica, que subjaz à ficcionalização da história e à historicização da ficção.

Demonstrar a ficcionalização da história envolve o papel do imaginário no encarar o passado tal qual foi sem renegar a assimetria entre o passado “real” e o mundo “irreal”. O teórico busca demonstrar a forma única pelo qual o imaginário se incorpora à consideração do ter-sido, sem enfraquecer seu intento “realista”. Apesar de que o lugar do imaginário é assinalado pelo caráter do ter-sido como não observável, à medida que cresce a aproximação do ter-sido ao tal-como-foi, a parte do imaginário cresce. Na tese realista, de acordo com a qual a história reinscreve o tempo da narrativa no tempo do universo, há uma reinscrição do tempo da narrativa no tempo universal segundo uma escala única, pois se adota a cronologia de uma escala de tempo comum tanto à “história” da terra, como à “história” das espécies vivas e à “história” do sistema solar e das galáxias. Essa capacidade de reinscrição é uma especificidade do modo referencial da historiografia.

Entre o tempo do mundo e o tempo vivido existe um abismo que só é atravessado graças a conectores específicos, que são construídos para tornar pensável e manejável o tempo histórico. O principal deles, o calendário, está relacionado ao gênio inventivo que se observa na construção do “*gnômon*”.¹⁸ O termo conserva algo do seu significado

¹⁷ RICOEUR, 1997, p. 316.

¹⁸ O **gnômon** é a parte do relógio solar que possibilita a projecção da sombra.

original de conselheiro, inspetor ou conhecedor porque o *gnômon* precisa realizar uma atividade de interpretação, unindo dois processos de acordo com certas hipóteses sobre o mundo. Um dos processos é o movimento do sol e, o outro, a vida de quem consulta o “*gnômon*”; a hipótese refere-se aos princípios envolvidos na construção do quadrante, que pertence duplamente ao mundo humano e astronômico, relacionados pela crença de que é possível derivar sinais relativos ao tempo do movimento da sombra projetada, o que permite que o homem ordene sua vida em função dos movimentos da sombra. A construção do aparelho e a interpretação de seus dados envolvem, assim, o estabelecimento de paralelos entre dois cursos heterogêneos de acontecimentos, a formação de uma hipótese geral sobre a natureza como um todo, e a construção de um aparelho apropriado, fazendo com que o processo incorpore uma leitura de signos, uma tradução e uma interpretação, numa operação esquematizante que leva a pensar simultaneamente duas perspectivas sobre o tempo.

Um raciocínio semelhante poderia ser aplicado aos outros conectores do tempo narrativo e do tempo universal. O caráter imaginário dos conectores culmina no fenômeno do rastro. Portador de uma estrutura mista como efeito-signo, o rastro atrai a confluência de inferências do tipo causal, aplicadas ao rastro como marca deixada, e atividades de interpretação, ligadas ao caráter de significância do rastro em fato presente que vale por um fato passado. Assim, o rastro torna-se a última pressuposição da reinserção do tempo vivido (o tempo com um presente) no tempo puramente sucessivo (o tempo sem um presente).

Ricoeur distingue entre representância e representação. Com o último termo, refere-se ao “realismo” espontâneo do historiador; por representância entende “a reivindicação do *face-a-face* hoje passado pelo discurso histórico visado por ele, seu poder de incitação e de correção diante de todas as construções históricas”.¹⁹

Esse “passado tal como foi” leva a um jogo lógico envolvendo as categorias do mesmo, do outro e do análogo, no qual o imaginário se interpõe como servidor obrigatório da representância, fazendo do mesmo a união íntima entre a imaginação histórica e a reafirmação. Tal é o intuito da imaginação histórica. Assim como acontece com a categoria do mesmo, é o imaginário que atua na categoria do outro, quando usada como o fim de exprimir o momento do findo na representância do passado. Faz-se, assim, uma transferência analogizante que se aproxima do ato de se afigurar, do “como

¹⁹ RICOEUR, 1997, p. 321.

se” pelo qual a imaginação se faz visionária: o passado é o que se teria visto ou testemunhado caso se houvesse estado ali, assim como o outro lado das coisas é o que se veria se fosse percebido do lugar de onde o considera.

Os traços do imaginário explicitados apenas pela narrativa de ficção através do ato imaginativo do “ver como” têm em comum o fato de conferir à intenção do passado um preenchimento quase intuitivo. Quando se admite que a escrita da história não se ajunta de fora ao conhecimento histórico, mas dele é solidária, abre-se caminho a admitir que a história também imita em sua escrita os tipos de armação da intriga herdados da tradição literária. Esses empréstimos da literatura não se dão no plano da composição, mas dizem respeito à função representativa da imaginação histórica, através do aprendizado de “ver como”. Tal entrelaçamento entre ficção e história não enfraquece a representância desta última, antes contribui para a sua realização. Por outro lado, pode-se ler um livro de história como um romance, graças a um pacto de leitura que constitui uma relação de cumplicidade entre a voz narrativa e o leitor implicado, que abaixa a guarda e suspende sua desconfiança. Nesse momento o leitor concede ao historiador o direito de conhecer as almas. Se os historiadores modernos já não se permitem incursões fantasistas, não deixam de recorrer de formas mais sutis ao gênio romanesco ao restituir uma cadeia de acontecimentos e dar a ela uma vivacidade de um discurso interior.

Outra modalidade de ficcionalização da história descrita por Ricoeur refere-se a acontecimentos que uma comunidade histórica considera marcantes, porque neles vê uma origem ou redirecionamento, como é o caso, entre nós, da Revolução Farroupilha, por exemplo. Tais acontecimentos

recebem sua significação específica de seu poder de fundar ou de reforçar a consciência de identidade da comunidade considerada, sua identidade narrativa, bem como a de seus membros. Esses acontecimentos geram sentimentos de uma intensidade ética considerável, quer no registro da comemoração fervorosa, quer no da execração, da indignação, do lamento, da compaixão ou até apelo de perdão.²⁰

Para Ricoeur, o historiador deve se abster de seus sentimentos. Essa abstinência, se aplicada à comemoração reverenciosa, suscita mais respeito do que quando é aplicada à indignação e ao lamento, pois o gosto celebrativo se dirige de preferência aos altos feitos de grandes homens históricos, e é da alçada da função ideológica que

²⁰ RICOEUR, 1997, p. 324.

consiste em legitimar a dominação. Por outro lado, como Ricoeur observa, a afinidade da comemoração reverenciosa com a história dos vencedores a torna um pouco suspeita.

Existe, porém outra face que merece ser defendida com a ajuda benéfica da ficção: a memória do horrível, que está ligada a acontecimentos que é necessário não esquecer. O horror constitui a motivação ética da história das vítimas. O papel da ficção na memória do horrível é um colorário do poder do horror, bem como da admiração, pois tanto o horror quanto a admiração exercem em nossa consciência histórica uma função específica de individuação, já que o horror isola ao tornar um fato incomparável e único. O horror, como Ricoeur resume, “é uma veneração invertida”.²¹ Quando assim se funde com a história, a ficção a reduz a sua origem comum na epopéia. O que a epopéia fizera na dimensão do admirável, a vitimização faz na dimensão do horrível. É essa epopéia negativa que preserva a memória do sofrimento, assim como a epopéia e a história nos tempos primitivos transformaram a glória dos heróis em fama duradoura. A ficção se coloca a serviço do inesquecível e permite que a historiografia se iguale à memória.

Examinou-se, até aqui, a ficcionalização da história. Daqui em diante, enfocam-se os processos que levam à historicização da ficção, partindo-se da hipótese segundo a qual a narrativa da ficção imita a narrativa histórica, pois ambas contam alguma coisa passada.

Um primeiro indício de que o passado faz parte do sentido que se atribui a toda a narrativa é de ordem gramatical. As narrativas são contadas nos tempos passado. Mais do que a organização dos tempos verbais, Ricoeur se apega à situação de locução que preside a distinção entre contar e comentar. Os tempos verbais que regem o contar não apresentam função temporal, mas somente advertem o leitor de que o texto é uma narrativa:

A atitude que corresponde à narrativa seria simplesmente a distinção, o descompromisso, por oposição à tensão, ao compromisso da entrada no comentário. Passado simples e passado imperfeito seriam, assim, tempos da narrativa, não porque a narrativa se relacione de uma ou de outra maneira com acontecimentos passados, reais ou fictícios, mas porque esses tempos orientam para uma atitude de distensão.²²

²¹ RICOEUR, 1997, p. 326.

²² RICOEUR, 1997, p. 28.

Ricoeur levanta a hipótese de que os acontecimentos contados numa narrativa ficcional são fatos passados para a voz narrativa, que pode ser considerada idêntica ao autor implicado, ou seja, um disfarce fictício do autor real. Uma voz se expressa, contando o que *para* ela, ocorreu; daí que entrar em leitura corresponde a incluir um pacto entre o leitor e o autor de que os acontecimentos relatados pela voz narrativa pertencem ao passado dessa voz. Em consequência, pode-se

dizer que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia, tão logo a quase-presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passividade do passado, que os paradoxos da representância ilustram.²³

A narrativa ficcional é quase histórica, pois os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; como se parecem com fatos passados, ficção se parece com a história, permitindo uma aproximação com ela. O “como se” passado liga-se também à regra fundamental da armação da intriga defendida por Aristóteles: que ela deve ser provável ou necessária. A *Poética* não atribui nenhuma significação temporal ou quase temporal ao provável; restringe-se a opor o que poderia acontecer ao que aconteceu, estabelecendo a distinção de que a história cuida do passado efetivo e a poesia encarrega-se do possível. Aristóteles ressalva, porém, que o possível é persuasivo, o que conduz à inferência de que o provável deve ter uma relação de verossimilhança com o ter-sido. O filósofo grego não se preocupa em saber se Ulisses e Édipo são personagens reais do passado; importa à tragédia um mergulho na lenda através do qual vincula a memória e a história ao passado.

Tal simulação do passado pela ficção foi obscurecida no romance realista, e a verossimilhança foi confundida com uma modalidade de semelhança com real que coloca a ficção no mesmo plano da história. Pode-se, é verdade, ler os grandes romancistas do século XIX como historiadores, mas esse exemplo é enganador. A verdadeira *mimese da ação* deve ser procurada nas obras de arte menos preocupadas em refletir sua época, pois é quando uma obra rompe com a imitação no sentido vulgar do termo que ela desenvolve sua verdadeira função mimética, e o quase passado da função narrativa distingue-se completamente do passado da consciência histórica.

²³ RICOEUR, 1997, p. 329.

Uma das funções da ficção, misturada à história, é libertar retrospectivamente certas possibilidades não efetuadas do passado histórico, ao tornar o quase-passado da ficção detector dos possíveis ocultos no passado efetivo. Dessa forma, o que “teria podido acontecer” (o verossímil de Aristóteles) recobre tanto as potencialidades do passado real como os irrealis da pura ficção.

Como visto, Ricoeur demora-se na concretização recíproca entre história e ficção que corresponde à referência metafórica resumida através da lógica do “ver como”. José Saramago descreve a tarefa do romancista como a de “substituir o que foi pelo que poderia ter sido”. Embora, como o romancista português se antecipa a registrar em respostas a possíveis objeções, pode-se argumentar que isso é um esforço gratuito, quase inútil, pois aquilo que se é hoje não é resultado do que poderia ter sido, mas do que efetivamente foi, há, contudo, há um sentido maior em explodir certezas:

Simplemente, se a leitura histórica, feita por via do romance, chegar a ser uma leitura crítica, não do historiador, mas da história, então essa nova operação introduzirá, digamos, uma instabilidade, uma vibração, precisamente causada pela perturbação do que poderia ter sido quiçá tão útil a um entendimento do nosso presente como a demonstração efetiva e comprovada do que realmente aconteceu.²⁴

Saramago desenvolve suas reflexões sobre história e ficção na última década do século XX, quando em tudo se identificava uma sensação de fim de tempo. O romancista avalia que a então propalada crise da História se inscreveria dentro do quadro geral da crise da linguagem como representação da realidade; por outro lado a dissolução das certezas nessa época seria causa direta, se bem que não a única, da ressurreição do se convencionou chamar romance histórico.

Através da intervenção do historiador, o tempo deixa de ser informe e passa a ser História, sempre aberta a novas interpretações, a cada uma das quais se torna mais densa a imagem histórica que nos vem do passado. Contudo, restará sempre uma grande zona de obscuridade na qual, entende Saramago, o romancista tem seu campo de trabalho. Então, se a incapacidade humana de reconstruir o passado pode levar à ambição de corrigi-lo, não será tarefa do romancista corrigir os fatos da história, mas introduzir neles elementos que levem a sacudir certezas, explodir o que até então parecia indiscutível.

²⁴ SARAMAGO, 2003, p. 502.

O romancista que escolhe para as suas ficções os caminhos da história terá duas atitudes possíveis. A primeira é discreta e respeitosa e consiste em reproduzir os fatos conhecidos da história de maneira cuidadosa e fiel e inatacável. A segunda é mais ousada: nela o tecido ficcional predominará sobre os fatos históricos. Esses dois mundos diferentes e vastos das verdades históricas e das verdades ficcionais que parecem ser inconciliáveis podem ser harmonizadas na instância narradora.

Tanto a história como o discurso do romance que procura para seu tema fundamental a história percorrem o tempo com o objetivo de conhecer o que em cada momento vamos sendo. Contudo o tempo através do qual tais autores viajam é um “tempo perdido”; para recuperar o passado o historiador terá que realizar uma rarefação do referencial, que envolverá a redução de fatos, ou espaços de obscurecimento. Uma vez que procede a omissões, que por sua vez implicam modificações, pode-se dizer que o historiador é parente próximo do ficcionista. Experimentando certa inquietação sobre a legitimidade da história como vinha sendo feita, alguns historiadores introduziram nela processos expressivos da ficção e da poesia. Assim, lendo-os, tem-se a impressão de estar diante de um romancista da história, mas não de uma história romanceada. Tem-se antes o resultado de uma grande insatisfação, que para se resolver tivesse de abrir-se à imaginação. Abre-se então campo ao que Saramago classifica como a melhor ciência: “aquela capaz de proporcionar uma compreensão duplicada: a do homem pelo fato e a do fato pelo homem”.²⁵

1.2 ENTRE O REAL E INTELIGÍVEL: O DISCURSO DA HISTÓRIA E O DISCURSO DA FICÇÃO

Barthes propõe reflexões acerca da narrativa histórica, interrogando-se, a partir dos desenvolvimentos da linguística do discurso, sobre a legitimidade de se conservar a antiga tipologia dos discursos que opunha o discurso poético ao discurso romanesco, e a narrativa de ficção à narrativa histórica. Considera primeiro o papel da enunciação, a fim de pensar como o historiador clássico é autorizado a designar, ele próprio, no seu discurso, o ato pelo qual o profere. Isso o leva à análise dos termos que, ao nível do discurso, permitem a passagem do enunciado à enunciação, os *shifters*.

²⁵ SARAMAGO, 1993, p. 504.

O estudioso francês reconhece dois tipos regulares de emblemas no discurso histórico. O primeiro é o emblema de escuta, e designa as menções das fontes e testemunhos, fazendo referência a uma escuta do historiador ou do etnólogo quando menciona o seu informante. O segundo é o de organização, que cobre todos os signos declarados pelos quais o historiador organiza o seu próprio discurso, retoma-o, e o modifica durante o percurso. Outros signos mencionam já não o processo de enunciação, mas os seus protagonistas, destinatário ou enunciador; tais signos de destinação estão geralmente ausentes do discurso histórico. Quanto aos signos do enunciador, é frequente o caso em que há carência sistemática de qualquer signo que remeta ao emissor da mensagem histórica, para que a história pareça se contar sozinha. Nesses casos, o enunciador anula a sua pessoa passional, e a substitui por outra pessoa, “objetiva”; a objetividade aparece, assim, como uma forma particular de imaginário, produto do que se poderia chamar de ilusão referencial, já que o historiador pretende deixar o referente falar por si só.

O enunciado histórico produz unidades do conteúdo que representam aquilo de que fala a história: comporta “existentes” e “ocorrentes”, seres, entidades e seus predicados. Os existentes e ocorrentes constituem listas relativamente fechadas, pelo que as unidades acabam se repetindo por combinações variáveis. Os existentes reduzem-se a dinastias, príncipes, generais, soldados, povo e lugares, e os ocorrentes às ações como devastar, submeter, aliar-se, fazer uma expedição, reinar, lançar mão de uma estratégia e consultar o oráculo. Visto que essas são coleções fechadas, devem seguir regras de substituição e de transformação que são possíveis de estruturá-las. Heródoto recorria a um único léxico, o da guerra; em coleções mais fluídas, em historiadores mais modernos, as unidades do conteúdo podem receber uma estruturação da temática pessoal do autor e não do léxico.

Barthes registra ainda dois aspectos essenciais do enunciado histórico. O primeiro é seu caráter assertivo, constativo, pois o fato histórico está ligado linguisticamente ao ser: a história conta o que foi, e não o que não foi ou o duvidoso. Afirma-se então que o discurso da história desconhece a negação ou a conhece de maneira excêntrica, raramente. O segundo liga-se às classes de unidades do conteúdo e sua sucessão, que lhe parecem ser as mesmas que se pode descobrir na narrativa de ficção. A primeira refere-se aos índices ou signos que remetem a um significado implícito, segundo um processo metafórico: Michelet refere-se à alteração dos brasões e à mistura dos estilos arquitetônicos no início do século XV como significantes da divisão moral da Idade

Média, que está terminando. A segunda classe de unidades é formada pelos fragmentos do discurso de natureza arrazoadora, silogística ou entimemática. Esses argumentos que contém pelo menos uma premissa não formulada, habitualmente designada por premissa implícita, são também frequentes no romance, no qual bifurcações do entrecho são, muitas vezes, justificadas ao leitor por pseudo arrazoados de tipo silogístico. Finalmente, uma terceira classe, bastante significativa, recebe as “funções” da narrativa, pontos cardeais de onde o enredo pode tomar um andamento diferente, agrupando-as em segmentos fechados.

Face a essas observações sobre a estrutura do enunciado, pode-se dizer que o discurso histórico oscila entre dois pólos, segundo a densidade respectiva de seus índices e funções. A história é levada para uma forma metafórica e se aproxima do lírico e do simbólico quando predominam as unidades indiciais, como em Michelet; quando predominam as unidades funcionais, toma a forma metonímica, como na narrativa histórica de Augustin Thierry. Uma terceira história tenta reproduzir através do discurso as escolhas vividas pelos protagonistas do processo relatado, e nela predominam os raciocínios, constituindo-se numa história reflexiva, como a pratica Maquiavel.

Especialmente relevante para esta dissertação é o raciocínio de Barthes acerca da significação. Como o teórico francês raciocina, salvo os casos em que o discurso se limita a uma série inestruturada de anotações, como nas cronologias, os fatos relatados funcionam como índices ou como núcleos cuja própria sequência tem valor indicial. Assim, por sua própria estrutura, percebe-se que o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica. Esse discurso é imaginário, já que, como Barthes raciocina, “o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante de um discurso (entidade puramente linguística) ‘preenche’ o sujeito da enunciação (entidade psicológica ou ideológica)”²⁶

Como termo do discurso, o fato é uma existência lingüística na qual se insuflou um sentido; no entanto, no discurso histórico dá-se a entender que o fato é uma cópia de outra existência situada no campo do real. Dessa forma, o discurso histórico supõe uma dupla operação: em um primeiro momento, o referente é destacado, exterior ao discurso, que se dá como a descrição das ações passadas. Num segundo momento é o próprio significado que é rechaçado, e o referente entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado apenas de exprimir o real. Como todo o discurso de pretensão realista, o discurso histórico pretende conhecer um único sistema semântico de dois

²⁶ BARTHES, 2004, p. 174.

termos, o referente e o significante, e confunde o referente com o significado, como nos discursos performativos ou auto-referenciais. Em outras palavras, o discurso da história não acompanha o real, apenas o significa, repetindo continuamente “aconteceu”. Alimenta, assim, o gosto de nossa civilização pelo real, atestado pelo desenvolvimento de gêneros como o romance realista, o diário íntimo a literatura de documento, ou ainda pelo museu histórico e o desenvolvimento da fotografia, que pretende assinalar como o evento realmente se deu.

O século XIX, quando a história chegou ao momento privilegiado em que procurou constituir-se como gênero, vê na relação pura e simples dos fatos a melhor prova de que estes existiram porque se recusa a assumir o real como significado, querendo instituir a narração como significante privilegiado do real. A estrutura narrativa torna-se, então, signo e prova da realidade. Por outro lado, o apagamento da narração da ciência histórica atual implica uma transformação ideológica, já que o signo da História é, contemporaneamente, menos o real que o inteligível.

Até aqui se considerou a natureza do discurso histórico. Contudo, quando se pensa a escrita da história a partir de uma perspectiva diacrônica, e se considera como o universo dos historiadores se expandiu nas últimas décadas, percebe-se, também uma transformação do paradigma histórico tradicional. Não é intuito desse trabalho fazer um histórico detalhado dessa evolução; quer-se apenas registrar como a “nova história” ou a “micro história” ajudam a pensar a perspectiva ficcional adotada contemporaneamente por escritores como Assis Brasil em *A prole do corvo*.

A expressão “nova história” é bem conhecida na França. *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo medievalista francês Jacques Le Goff. Mais exatamente, a nova história é a história associada à *École des annales*, agrupada em torno da revista *Annales*. A expressão é às vezes utilizada para os desenvolvimentos ocorridos nos anos 70 e 80, quando a reação contra o paradigma tradicional se tornou universal. Peter Burke descreve a “nova história” como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional, ou “história rankeana”, considerada com frequência não uma dentre várias modalidades, mas a maneira de fazer história²⁷. Nesse paradigma, a história se refere essencialmente à política, sendo mais nacional e internacional do que regional, e é encarada essencialmente como uma narrativa dos acontecimentos, valorizando os grandes feitos e aqueles que são considerados heróis. Ademais, deveria

²⁷ BURKE, 1992, p. 9-16.

ser baseada em documentos. O preço dessa concepção foi a negligência a outros tipos de evidência; o período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como ‘pré-história’. Talvez a característica mais saliente do paradigma histórico tradicional fosse a insistência na objetividade da história. Atribui-se ao historiador a tarefa de somente apresentar os fatos aos leitores, ou como na muito citada frase de Ranke, os fatos “como eles realmente aconteceram”.

Hoje em dia esse ideal é considerado irreal. O relativismo cultural se aplica à própria escrita da história e seus objetivos. Como Burke enfatiza, “percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”²⁸, pois os fatos passados trazem seus pontos particulares, que marcaram diferentemente nos leitores e essa diferenciação é o que nova história busca ressaltar.

Em contraste com os ideais e procedimentos da história tradicional, a “nova história” passou a demonstrar interesse por toda e qualquer atividade humana. Modificasse o foco, que passa a ser da análise das estruturas, ao invés da narrativa dos acontecimentos. Expandem-se também as fontes históricas, que passam a incluir, além de documentos, evidências visuais, orais, estatísticas, dados comerciais, populacionais, eleitorais, etc. Paralelamente, amplia-se a variedade de questionamentos dos historiadores, que se preocupam tanto com os movimentos coletivos como com as ações individuais, com as tendências e com os acontecimentos. Enquanto na história tradicional aparece uma visão de cima, colocando grande parte da população em um papel secundário, a segunda toma rumo diferente, valorizando os feitos e opiniões das pessoas consideradas, antes, à margem da sociedade, ou pequenas demais para importar no curso da história.

O novo campo de estudo responsável por causar estranheza no historiador é a principal resolução da “nova história”, ou seja, a “história vista de baixo”. A partir desse viés, a história passa a voltar seus estudos para o povo e começa a dar importância a tudo o que acontece com aquele que vivencia os fatos e que participa diretamente dos acontecimentos. O povo, as classes subalternas, passa a ter sua cultura valorizada, mesmo se essa educação ou cultura não foi adquirida nas escolas e nas universidades, e esteja em marcada diferença com a cultura da elite. O historiador que pesquisa as pessoas comuns de uma sociedade se baseia em documentos como: lista de imposto, de

²⁸ BURKE, 1992, p. 15.

dízimo, inventários e outros registros. Esses materiais permitem o estudioso da história a chegar tão perto das palavras da pessoa quanto o gravador do historiador oral.

A história vista de baixo ampliou o alcance cronológico e a preocupação histórica com as ações políticas e os movimentos políticos das massas, e levou a busca de novos modelos de pesquisa, além daqueles proporcionados pelo marxismo tradicional, ou pela história do trabalho. Como abordagem, a história vista de baixo preenche duas funções importantes. Em primeiro lugar serve como um corretivo para a história da elite mostrando, por exemplo, que a Batalha de Waterloo envolveu tanto um soldado como o Duque Wellington, ou então que a Revolução Farroupilha não envolveu somente Bento Gonçalves e outros importantes generais, mas os soldados que lutaram sob seu comando. Em segundo lugar, abre-se a possibilidade de uma síntese mais rica de compreensão histórica, que funde a história cotidiana com as temáticas tradicionais da história.

Se a “nova história” remete à história *made in France*, “micro história” traz imediatamente à mente a escola micro-histórica italiana. O termo deriva da obra conjunta de Ginzburg, Levi e Simona Cerutti, uma coleção chamada Micro-história, publicada pela Editora Einaudi. Em torno de vinte volumes foram publicados, tanto de autores italianos como estrangeiros; alguns dos títulos italianos foram traduzidos para várias línguas.

Reverendo sua trajetória como historiador, Ginzburg lembra sua opção por “transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé”, quando da redação de *O queijo e os vermes* (1976), em que procura reconstruir as ideias e atitudes de um moleiro frulano do século XVI, condenado à morte pela Inquisição. Opta por reconstruir essa história individual, contando as hipóteses, dúvidas e incertezas deixadas pela documentação do processo transformaram-se em partes da narração. Desta forma, a busca da verdade tornava-se, antes, exposição da verdade obtida, a qual o historiador reconhece ter de ser necessariamente incompleta. O impulso para esse tipo de narração histórica veio-lhe da convicção expressa por Tolstói de que nada é insignificante e que, portanto, o fenômeno histórico só pode se tornar compreensível por meio da reconstrução das atividades de todos os que dela participaram, incluindo tanto os recessos do mundo privado como o mundo público.

Se, como Ginzburg comenta a propósito da representação da batalha entre Alexandre e Dario de Altdorder (1529), o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa à visão de conjunto, o inverso também é verdadeiro. Disso se apercebeu

Kracauer, que, apesar de simpático aos objetos da micro-história, reconhece que existem fenômenos que só podem ser apreendidos numa perspectiva macroscópica. Por essa razão, recomenda um contínuo vaivém entre micro e macro história, entre *close-ups* e grandes planos gerais que levassem a discussão a visão conjunta do processo histórico através de exceções aparentes e causas de breve período. Essa metodologia fundava-se na natureza ontológica da realidade, descontínua e heterogênea, razão pela qual nenhuma conclusão alcançada de um determinado âmbito pode ser automaticamente transferida para o âmbito mais geral.

O trânsito entre a micro e a macro perspectiva é realizado por Tolstoi de um salto: o contexto histórico é assimilado e deixado para trás a fim de que o leitor entre em relação de intimidade com os personagens. Tal relação direta com a realidade só pode acontecer no terreno da ficção; ao historiador, que só dispõe de rastros, de documentos, ela é vedada. Já a micro-história opta por incorporar nas implicações gnosiológicas à narração, transformando as pistas fragmentárias e distorcidas em elementos narrativos.

A micro-história italiana examinou tanto temas de reconhecida importância como outros antes considerados insignificantes; ambos os tipos de pesquisa centravam-se no contexto, ou seja, não valorizavam a contemplação isolada do fragmento. As comparações se faziam a partir da anomalia, antes que da analogia; em segundo lugar, demonstraram que toda a configuração social é o resultado da interação de um emaranhado de estratégias individuais que somente a observação próxima pode reconstituir. Nessa heterogeneidade habitava tanto a maior dificuldade como a maior riqueza da micro-história.

1.3 A ARTE COMO FATO SEMIOLÓGICO: AS RELACÕES ENTRE ARTE E COLETIVIDADE

Para além de análises estilísticas, métricas ou semânticas de obras isoladas e sua colocação em uma série evolutiva, Mukarovsky ampliou sua pesquisa para uma teoria semiológica, na qual a poesia se encontra como um caso especial. Para esse teórico,²⁹ o conteúdo da consciência individual é dado até sua maior profundidade pelos conteúdos da consciência coletiva. Uma vez que este ultrapassa os limites da

²⁹ Jan Mukarovsky, 1981, p. 11-90.

consciência individual, adquire o caráter de signo. Por essa razão, a obra artística não deve ser identificada a estados de espírito individuais, seja de seu autor ou de seus leitores, mas antes se destina a servir de intermediária entre o autor e a coletividade: é um signo que entretém uma relação dinâmica com a sociedade.

Como signo artístico, possui um significante ou símbolo exterior, a que Mukarovsky chama de "obra-coisa", e que se constitui no livro físico propriamente dito (ou na pintura ou escultura entre si, quando se pensa em outras artes), e o "objeto estético", e que corresponde à resposta despertada pela "obra-coisa" na consciência coletiva. A par de repudiar a identificação da arte com o estado psíquico subjetivo, o estudioso é também contrário a qualquer teoria estética hedonista, pois o prazer proporcionado pela obra de arte é uma motivação indireta, e muitas vezes busca, também, o efeito contrário.

De acordo com a definição popular, o signo é um fato sensorial referente a uma realidade evocada através dele. Como signo, a obra de arte significa algo e, por isso, deve ser compreendida tanto por quem a emite como por quem a recebe; como signo autônomo se refere ao contexto dos fenômenos sociais, como a filosofia, política, religião, economia etc. Por tal motivo, caracteriza e representa uma época melhor que qualquer outro fenômeno social. Foi assim que a história da arte foi confundida durante muito tempo com a história da cultura e frequentemente é usada pela história geral para delimitar períodos. Por outro lado, como signo a obra de arte tem relação indireta com a coisa que designa sem deixar com isso de se lhe referir. O fenômeno artístico tem de ser avaliado considerando não só a "obra-coisa", mas o "objeto estético" ou significação que se encontra na consciência coletiva e sua relação com o contexto geral dos fenômenos sociais. Estados individuais de consciência evocados pelo signo material só representam objeto estético por que existe algo em comum entre eles.

Além de seu caráter de signo autônomo, obra artística também tem a função de signo comunicativo, pois pode exprimir estados de espírito, ideias e sentimentos. Embora nas artes temáticas, como a poesia, pintura e escultura, essa função comunicativa é mais evidente, e parece funcionar como significação comunicativa da obra, na realidade cada componente da obra de arte possui seu próprio valor comunicativo, independente do "tema". O tema tem na obra simplesmente o papel de eixo de cristalização da significação. Dessa forma, a obra de arte tem duas significações semiológicas, a autônoma e a comunicativa, e a segunda se restringe às artes com tema.

Especialmente importante para este estudo, que pretende analisar a representação do gaúcho farroupilha, é o fato de que, como Mukarovsky reitera, ao se apreciar uma obra como criação artística, nada se pode postular sobre a autenticidade documental do tema. Modificações em relação à coisa designada não carecem de sentido, mas funcionam como fatores da própria estrutura da obra de arte. Adverte que a investigação teórica das artes que trabalham com tema “deve levar em linha de conta o verdadeiro caráter fundamental do tema, que consiste no fato de se tratar da unidade de sentido e não de uma cópia passiva da realidade nem sequer no caso de obras ‘naturalistas’ ou ‘realistas’”³⁰.

Na concepção de Mukarovsky, a função estética ocupa lugar importante na vida do indivíduo e de toda a sociedade; ademais o campo de ação ocupado pela função estética é mais amplo do que o ocupado pela arte propriamente dita, porque qualquer objeto e qualquer ação podem chegar a serem portadores da função estética. Esta afirmação não pretende ser pan-esteticista, já que:

1. não se afirma a necessidade, mas tão somente a possibilidade geral da função estética;
2. não se postula a posição dirigente da função estética entre as demais funções dos fenômenos dados para toda a esfera da função estética;
3. não se pretende confundir a função estética com as outras funções nem tão pouco conhecer as outras funções como meras variantes da função estética concreto.³¹

Com base nessas afirmações, fica claro que não há limites fixos entre o estético e extra-estético, e que não existem objetos ou processos que por essência ou estrutura sejam portadores da função estética nem outros que não a possuam. Arte e estética ofereceram, já, provas suficientes de que mesmo aquilo que não seria abrangido pela atribuição de valores estéticos pela concepção tradicional, podem vir a ser convertidos em fatos de estética. Exemplos contrários também podem ser apresentados. Há ainda que considerar que fenômenos privilegiados com a função estética em uma época ou país, poderão perder essa função em outro tempo e lugar.

Percebe-se, assim, as esferas do estético e do extra-estético não são precisamente separadas e livres de interligações, mas, antes, estão em permanente relação dinâmica, que pode ser caracterizada como uma antinomia dialética. Portanto, para se conhecer o estado da evolução da função estética é preciso, além de verificar onde e como ela se

³⁰ MUKAROVSKY, 1981, p. 15-16.

³¹ MUKAROVSKY, 1981, p. 22.

manifesta, observar em que medida e em que circunstância está ausente ou apenas atenuada. Delimitar exatamente fronteiras para a transição da arte com a esfera do extra-artístico e do extra-estético acaba por ser ilusório; na arte a função estética é dominante, enquanto que, fora dela, tem papel secundário.

A variedade das transições entre a arte e a esfera dos fenômenos extra-artísticos, por um lado, e entre a arte e a esfera extra-estética, por outro, demonstra que a arte não é um mundo fechado, não havendo fronteiras rigorosas nem critérios unívocos para diferenciar o que é do que não é arte. Por esse motivo, Mukarovsky destaca a importância do princípio da polaridade entre a superioridade e a subordinação da função estética na hierarquia funcional, uma vez que sem ele, a esfera estética, que marca a dinâmica da evolução da esfera estética, careceria de sentido. Isso fica mais evidente quando se considera que pode se atribuir a função estética a uma coisa ou um ato em determinado meio social, e a subtrair em outro. Nesses casos, a função estética pode-se converter em fator de diferenciação social.

Como fator de convívio social, a função estética tem três características fundamentais. Fala-se de isolamento do projeto afetado pela função estética sempre que no convívio social surja a necessidade de se por em evidência algum ato, coisa e pessoa, e sobre ele convergir as atenções, ou libertá-lo de conexões indesejáveis. Uma segunda característica é a capacidade de prazer que provoca; mencione-se ainda que ela se une, antes, à forma da coisa, sendo capaz de suprir a ausência de outras funções de que o objeto haja sido privado no decurso de sua evolução, como acontece com o frequente matiz estético de anacronismos, tais como ruínas ou trajes regionais.

Enquanto a função estética parece predeterminada a mudar constantemente a extensão e direção de seu percurso, a norma, que é regra e medida, parece ser estática. Mukarovsky, porém, quer demonstrar uma antinomia dialética entre o caráter de obrigatoriedade geral, sem o qual a norma não existiria, e o seu caráter limitado e variável.

Considera inicialmente a noção geral do valor e da norma, aceitando a definição teleológica de valor como a capacidade de uma coisa para alcançar um determinado objetivo; como a determinação de um objetivo e dos meios de alcançá-lo são dependentes do sujeito concreto, a valoração terá necessariamente um momento subjetivo. Por outro lado, só se pode afirmar a respeito de uma norma autêntica no caso de objetivos geralmente reconhecidos, aos quais a consciência coletiva atribui valor independentemente da vontade do indivíduo e da sua decisão subjetiva. Nesses casos, o

valor é estabelecido pela norma, que é uma regra geral que deve ser aplicada em cada caso a que se aplique.

A norma tende sem exceção para a obrigatoriedade, mas não pode alcançar a validade de uma lei natural, ou então deixaria de ser norma e passaria a ser uma lei natural: há uma contradição dialética fundamental entre a validade incondicional e a potência reguladora e orientadora que implica em uma possibilidade de violação. Essa duplicidade é uma tendência de todas as normas que vale também para a norma estética, mesmo que prevaleça a negação.

As normas estéticas se transformam, tais como todas as outras normas, mas essa transformação é muito lenta. Como a obra artística é uma aplicação não adequada da norma estética, alterações verificadas em relação a essa última representam violações intencionais; contudo, há sempre algo na obra artística que a liga a passado e aponta para o futuro. Dessa forma, a obra autêntica oscila entre o estado passado e futuro da norma estética, e o presente, sob cujo ponto de vista é percebida, surge como a tensão entre a norma passada e sua violação. Normas que se tiverem fixado bem podem sobreviver por muito tempo. As novas normas convivem ao lado delas, no que pode ser referido como uma convivência e competição de muitas normas estéticas paralelas. Assim, numa mesma coletividade existem, simultaneamente, vários cânones estéticos. Forma-se uma hierarquia autêntica, em cujo vértice se encontra o mais recente, o menos mecânico e o relacionado a outros tipos de normas. Normalmente, o cânone que ocupa esse lugar está em relação direta com a hierarquia das classes sociais, e a norma no cume parece corresponder à classe social superior.

Outro ponto importante a considerar é a relação da norma estética com as outras normas. A norma estética não mantém com a organização social um contato casual; trata-se, antes, da relação mútua entre dois sistemas completos, a estrutura das normas e a da sociedade, para a qual as normas dadas constituem o conteúdo da consciência coletiva. No meio culturalmente dominante, a norma estética adquire a supremacia sobre as outras.

Embora, em um primeiro momento, possa parecer que a problemática do valor estético fica esgotada no estudo da função estética (a força que cria o valor) e da norma estética (a regra com que avaliamos), a esfera da função estética é mais ampla que a do valor estético, pois nos casos em que a função estética apenas acompanha outra função o valor estético é também secundário na avaliação do objeto em questão. Além disso, o cumprimento da norma não é condição indispensável do valor estético, especialmente

na arte, onde este valor predomina sobre os outros. Fora da arte, o valor estético é norma de valor; na arte, a norma é violada. Quando a norma é cumprida, produz-se o prazer estético, que pode incluir fortes elementos de desagrado sem que sua integridade seja afetada por isso. A avaliação estética, em contrapartida, aprecia o fenômeno em toda a sua complexidade, já que todas as funções e valores extra-estéticos são concebidos como componentes do valor estético.

A arte pertence ao universo dos signos comunicativos, porém de uma maneira que a diferencia de qualquer outro. Nas artes em que a função comunicativa se manifesta com maior clareza, que são a poesia e a pintura, caracteristicamente a função estética predomina sobre a função comunicativa e transforma a essência da comunicação. Não importa tanto a relação entre a informação e a realidade a que se refere; mais relevante é a circunstância do artista apresentar algo como real ou fictício, e a medida e modo como o faz. Essas decisões são consideradas por Mukarovsky como fazendo parte da estrutura da obra de arte.

Uma vez que a obra artística seja tomada como signo, e, portanto, um fato social, devem-se considerar as relações entre seu receptor e a coletividade, pois o receptor aborda a obra a partir de seu sistema de valores, que é influenciado pelo todo social. Como Mukarovsky acentua, mesmo não contendo juízos de valor diretamente pronunciados, a obra de arte está “impregnada de valores”³². Às vezes acontece que os valores percebidos pelo receptor na obra de arte se encontram em contradição com o sistema que ele considera válido:

Esta contradição e a tensão que dela deriva produzem-se da seguinte maneira: ou artista que criou a obra é do mesmo meio social e da mesma época que o receptor, e então as contradições entre os valores que para este são efetivos e os valores da obra são conseqüências do deslocamento da estrutura artística, intencionalmente conseguido pelo artista; ou a obra provém de um meio temporal e socialmente diferente do receptor, e nesse caso as contradições entre os valores extra-estéticos são inevitáveis. A obra de arte como conjunto de valores extra-estéticos não é uma mera réplica do sistema de valores vigentes, obrigatório para a coletividade receptora.³³

É só a tensão entre os valores extra-estéticos da obra e os valores vitais da coletividade que concedem a ela a possibilidade de atuar sobre a relação entre o homem e a realidade. Essa possibilidade é definida pelo teórico como sendo “o encargo próprio

³² MUKAROVSKY, 1981, p. 80.

³³ MUKAROVSKY, 1981, p. 82.

da arte”.³⁴ Assim, procurar-se-á observar não só a representação do gaúcho farroupilha, mas o modo como essa representação dialoga com os valores extra-estéticos.

Ao comentar como os eventos históricos fornecem temáticas para a literatura rio-grandense, Marobin³⁵ comenta que o painel histórico da evolução do Rio Grande do Sul pode auxiliar o estudioso da literatura na compreensão crítica do fenômeno literário, na explicação de certas ocorrências temáticas, apegos a símbolos e mitos, fixações de passado distante e heróico. Levando-se em conta o caráter de signo da obra de arte, não se busca nesse estudo a procura da “verdade”, mas antes o conhecimento indispensável para que se compreendam as revisões, recriações, desvios intencionais do conteúdo narrativo. Para esse fim, estudam-se, no capítulo a seguir, as causas e desenvolvimento da Revolução Farroupilha; reflete-se também, sobre a mitificação desse conflito e de seus heróis a partir de uma visão revisionária do mito do herói farroupilha, tão difundido e assimilado pela coletividade gaúcha.

³⁴ MUKAROVSKY, 1981, p. 87

³⁵ MAROBIN, 1985, p. 23.

2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: VISÕES E REVISÕES

2.1 PROLEGÔMENOS: DA VACARIA DEL MAR AO FORTALECIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE

O Rio Grande do Sul teve uma colonização específica e distinta dos demais estados brasileiros. Comparando-se o estado sulino aos demais territórios americanos de domínio português, verifica-se que a região foi a que mais lentamente se adaptou ao processo de colonização. Essa lentidão se explica pela natureza do antigo processo colonial:

Dentro da lógica da exploração colonial e das necessidades de acumulação primitiva de capitais, o dinamismo da ocupação e povoamento se verificava naquelas regiões nas quais o capitalismo conferia um sentido. É, portanto, face a esta ausência de estímulos para a inversão que se deve entender a tardia incorporação do Rio Grande do Sul nos quadros da colonização.³⁶

Enquanto as demais colônias caracterizavam-se por uma economia baseada nas lavouras de exportação, o estado sulino mantinha outros métodos econômicos, tais como a pecuária, o contrabando de gado e a escravização de índios. Além de oferecer um interesse financeiro diferente do das demais províncias, dada sua localização geográfica, o Rio Grande do Sul era marcado por um caráter militar de defesa das fronteiras, uma vez que era o caminho de acesso ao contrabando do Prata, constituindo-se numa zona de enfrentamento com os castelhanos em que aconteceram inúmeras operações militares. Era, assim, de alto valor estratégico para a Coroa portuguesa.

Os holandeses haviam invadido o Nordeste brasileiro, onde se produzia açúcar, e também se apropriaram da zona fornecedora de escravos no território africano. Com isso, os bandeirantes paulistas viram-se compelidos a buscar outro tipo de mão de obra, e passaram a comercializar mão-de-obra indígena para o resto do Brasil que não fora invadido pela Holanda, o Brasil não holandês. Quando os recursos humanos oferecidos

³⁶ PESAVENTO, 1985, p. 15.

pelas aldeias próximas foram se esgotando, eles foram obrigados a buscar recursos além das fronteiras nordestinas.

O território escolhido para as expedições bandeirantes foram algumas aldeias jesuíticas em terras hoje paraguaias. Essa escolha se fundamentava no fato de que esses índios selvagens já se encontravam adestrados pelos padres, que já os tinham preparado para o trabalho. Na tentativa de fugirem dos paulistas, os padres desceram os rios Paraná e Uruguai e entraram no território rio-grandense. Os bandeirantes não desistiram de buscar a mão-de-obra indígena e também vieram para o Rio Grande do Sul, onde passaram a atacar as missões jesuíticas. Muitos índios foram presos e escravizados, e essa busca por aborígenes só terminou por volta da segunda metade do século XVII, quando os portugueses, com o fim do domínio espanhol, conseguiram expulsar os holandeses da África, restabelecendo assim o tráfico negreiro para o Brasil.

Depois de tudo isso, os padres jesuítas abandonaram o território gaúcho e foram juntamente com seus índios para a outra margem do rio Uruguai. Deixaram no território rio-grandense o gado, que, abandonado e solto, formou um rebanho selvagem conhecido como “Vacaria del Mar”. Esse gado sem dono despertou interesse, pois através dele era possível um comércio ilícito no Prata, que quebraria o monopólio espanhol. As batalhas entre portugueses e castelhanos no Prata deixaram claro que o monopólio e o contrabando predominavam no comércio econômico da época:

O monopólio ou exclusivismo comercial, estabelecido com a preocupação de eliminar concorrentes e preservar um “mercado fechado”, era essencial para garantir a acumulação que se realizava na esfera do comércio. Em contrapartida, a prática do contrabando buscava desviar esta acumulação para os concorrentes.³⁷

Nesse contexto de contrabando do gado é que foi fundada a Colônia do Sacramento pelos portugueses, pois o objetivo era oferecer condições para que Portugal pudesse realizar comércio ilícito com as colônias espanholas. A Colônia, estratégica para a conservação da área, motivou várias batalhas entre portugueses e espanhóis.

Foi também graças à Colônia de Sacramento que os portugueses tomaram conhecimento da reserva selvagem da “Vacaria del Mar”. Esse gado selvagem passou a ser cobiçado, pois seu couro era exportado para a Europa. Além dos portugueses, muitos outros disputavam esse rebanho selvagem: índios jesuítas, que retornavam ao Rio Grande do Sul a mando dos padres, colonos, castelhanos, contrabandistas e até

³⁷ PESAVENTO, 1985, p. 18.

ingleses ligados à *South Sea Company* e também paulistas e lagunistas, que vendiam o gado na região de Minas. Por volta do final do século XVII e início do século XVIII, houve uma grande ocorrência da mineração na zona dos Gerais, e isso impulsionou a demanda pelo gado do Rio Grande do Sul, que passou a abastecer o mercado interno que se formava na zona de mineração.

A disputa pelo gado com os castelhanos e índios continuava, mas agora o tropeiro gaúcho tinha o apoio da Coroa Portuguesa. Como o gado era exportado de pé, a caça predatória para a extração e exportação do couro não interessava mais aos gaúchos, e com isso mais uma vez houve convergência entre os interesses da Coroa e os de particulares. Assim, percebeu-se que seria lucrativo para ambos a criação de gado, e foi através da distribuição de sesmarias que esse problema se resolveu.

No final do século XVIII, a mineração sofreu uma decadência, e a exportação de gado diminuiu, mas isso não afetou a economia do Rio Grande do Sul, pois outros produtos, como o trigo e o charque, passaram a ser comercializados. Foi através dessa nova forma de controle das terras que os portugueses conseguiram conquistar e povoar terras que antes pertenciam à coroa espanhola. Segundo Moacyr Flores,

A sesmaria era uma área de mais ou menos uma légua de largura por três de comprimento concedida pelo rei de Portugal a quem provasse que a terra era devoluta e fosse possuidor de bens, tais como escravo e gado. A autoridade mais próxima, geralmente militar, concedia um documento atestando que a terra era devoluta, o qual seria anexado ao requerimento do peticionário.³⁸

O trigo passou a ser produzido graças à chegada de açorianos, enviados pela coroa com o objetivo de povoar os territórios conquistados dos castelhanos. Inicialmente cultivado em pequenas propriedades e para consumo próprio, o trigo se expandiu e passou a ser comercializado para o restante do Brasil e até para o reino e devido a essa expansão em algumas propriedades foram reforçados com a mão de obra negra. No entanto, o charque foi o grande contribuinte para o impulso da economia sulina. No final do século XVIII, a atividade de salgamento da carne comum passou a ser realizada em escala comercial no Rio Grande do Sul. A carne era enviada para o restante do Brasil com a finalidade de alimentar os escravos:

O estabelecimento de charqueadas no Rio Grande do Sul veio criar um mercado regional para o gado bem como um aproveitamento mais regular do rebanho. Por outro lado, intensificou-se no Sul a presença das relações

³⁸ FLORES, 1990, p. 11–12.

escravistas de produção, proporcionadas por certa rentabilidade da atividade charqueadora.³⁹

No início do século XIX, o Rio Grande do Sul integrou-se à economia central como abastecedor do mercado interno brasileiro. Graças ao gado, passou a ter uma riqueza econômica, o que lhe proporcionava uma estabilidade financeira, deixando de ser visto somente como ponto estratégico de contrabando no Prata e como defensor bélico da fronteira com os castelhanos. Continuava, porém, uma sociedade bélica, em luta contra os castelhanos.

O império sempre teve interesse nas terras gaúchas, principalmente a Colônia do Sacramento e as Missões, que eram os redutos econômicos do Rio Grande do Sul. Essas terras, onde se localizavam as estâncias, definidas por Moacyr Flores como estabelecimentos rurais dedicados “à criação de bovinos, eqüinos, muares e ovino, tendo geralmente a extensão de uma ou mais sesmaria, com boa pastagem”⁴⁰, foram defendidas pelos gaúchos por ocasião das três invasões castelhanas. Como o estancieiro gaúcho ocupava cargo de chefe na luta em defesa das fronteiras, e como esse poder de defesa era usado em benefício próprio, era comum o confronto com as autoridades militares que representavam e defendiam os interesses da Coroa. Despertava a indignação da Coroa o fato de que os estancieiros lutavam para defender seus próprios interesses e não os do império.

Quanto mais crescia a economia gaúcha com o charque, também aumentavam as divergências entre o império e o Rio Grande do Sul, que cada vez mais se tornava auto-suficiente, com mais poder e autoridade. A grande incompatibilidade entre o Império e o Rio Grande do Sul deu-se, porém, quando o charque tornou-se o primeiro produto de exportação do Vice-Reinado do Prata e os estancieiros e charqueadores gaúchos passaram a exigir a tributação do charque platino que, isento dos direitos de exportação, tornava-se assim mais barato que o charque gaúcho, não isentado, pois vigorava no Brasil o regime de livre comércio. Tais medidas de proteção não eram interessantes para o Império, pois a facilidade no comércio do charque platino era compensada com uma boa relação com a coroa espanhola.

A condição opressiva que o Rio Grande do Sul mantinha com o centro, as revoltas e conflitos acumulados a rivalidade existente superaram os resultados do Ato Adicional de 1834, que concedia o poder legislativo para as províncias que

³⁹ PESAVENTO, 1985, p. 23.

⁴⁰ FLORES, 1990, p. 12.

anteriormente tinham conselhos provinciais, órgãos exclusivamente reivindicatórios. O desagrado com a política imperial não era um sentimento exclusivo do Rio Grande do Sul, pois outras regiões de economia subsidiária também não concordavam com o império e muitas outras rebeliões surgiram no país, todas com idéias federativas e republicanas. Em 20 de Setembro de 1835, foi a vez do Rio Grande do Sul entrar em confronto com o Império durante dez longos anos, tornando-se assim a Revolução Farroupilha a mais longa da história do Brasil.

2.2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Esse marcante fato histórico do Brasil e principalmente do Rio Grande do Sul se justifica e se centra no conflito político entre os liberais, que almejavam um modelo estadista com maior autonomia para as províncias, e a Coroa. A idéia de separação era vista por muitos gaúchos como o melhor caminho para a prosperidade:

Dentro da percepção que os “farrapos” tinham dos acontecimentos, o centro era acusado de “má gestão dos dinheiros públicos”, de realizar gastos supérfluos sem aparelhagem material do país (aberturas de estradas, construção de portos) e de onerar o Rio Grande do Sul com impostos, sem indenizá-lo por danos sofridos. Por trás dessas acusações vê-se a percepção de que o Rio Grande do Sul era explorado economicamente pelo centro.⁴¹

O movimento separatista encontrou forças na economia e na política, pois a Província de São Pedro do Rio Grande, produzindo principalmente charque e couro para o mercado interno, tornava-se muito dependente do mesmo, enquanto que as outras províncias tinham suas produções voltadas para o mercado externo, como o açúcar e o café. Além disso, uma forte indústria saladeiril se instalou na Província Unida do Rio da Prata, e competiu pela compra de gado da região, pondo em risco a economia do Rio Grande do Sul, que era mantida pelas charqueadas. Em consequência dessa instalação, houve grande redução no preço do charque oriundo da Argentina e do Uruguai, e assim o produto sul-rio-grandense perdeu espaço no mercado interno.

Outro fator importante para o início da Revolução Farroupilha foi a localização geográfica do Rio Grande do Sul, região fronteira aos domínios hispânicos, onde

⁴¹ PESAVENTO, 1990, p. 38.

aconteceram muitas disputas territoriais. A perda da área territorial do Uruguai, na Guerra da Cisplatina, teve graves consequências para o Rio Grande do Sul:

Para o Brasil, e particularmente para Rio Grande, a perda da Província Cisplatina significou a perda do gado uruguaio que não mais foi dirigido para as charqueadas rio-grandenses e sim para os “saladeiros” platinos que se rearticulavam. Além disso, durante a campanha militar, novos conflitos surgiram entre os chefes locais e aqueles designados pelo centro.⁴²

Desagradava ainda à elite regional a imposição de presidentes provinciais por parte do governo imperial, pois isso ia contra o direcionamento político da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul. Todos esses fatores levaram à grande exaltação dos ânimos políticos e ao descontentamento de estancieiros, liberais e charqueadores.

Em 20 de setembro de 1835, principalmente graças ao atrito existente entre o líder farroupilha, o estancieiro coronel Bento Gonçalves da Silva, e o Presidente da província, Fernandes Braga, eclodiu de fato a Revolução Farroupilha. Nesse primeiro enfrentamento, os farroupilhas invadiram Porto Alegre e obrigaram o presidente a fugir. Braga, porém, antes da fuga esvaziou os cofres da província e levou consigo documentos, além do dinheiro dos cofres públicos. Os farroupilhas que invadiram Porto Alegre não encontram resistência nenhuma por parte dos imperiais, que se entregaram aos revolucionários.

Outros importantes comandantes também faziam parte desse intenso movimento como, por exemplo, Gomes Jardim e Onofre Pires, que comandavam exércitos farroupilhas. Os revoltosos justificavam a posição assumida

com uma série de ataques ao governo central pela sua atuação, que acarretavam prejuízos para o Rio Grande do Sul. As acusações recaíam sobre a má gestão do dinheiro público e o processo de discriminação das rendas entre gerais e provinciais com prejuízo para o Rio Grande do Sul; criticava-se a política tributária que fazia incidir altos impostos sobre o sal e baixas tarifas de importação sobre o charque platino; denunciava-se que os impostos mais baixos eram pagos pelos dutos de importação, bem como que o dinheiro do Rio Grande era desviado para outras províncias; as queixas eram ainda dirigidas contra o fato de que as guerras desorganizavam a produção, e a província, que fornecia homens, cavalos e gado às tropas, não era indenizado pelo centro. Neste sentido, o Rio Grande do Sul assumia a conotação de verdadeira ‘estalagem do Império’.⁴³

⁴² PESAVENTO, 1990, p. 37.

⁴³ PESAVENTO, 1985, p. 58-59.

Logo após a conquista de Porto Alegre, os revolucionários nomearam o vice-presidente, Dr. Marcelino Pereira Ribeiro, como presidente da câmara e escreveram uma carta ao Regente Imperial, padre Antonio Feijó, explicando o motivo da revolta e solicitando nomeação de um novo presidente para a Província. O presidente fugitivo Fernandes Braga voltou ao Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, e relatou a sua versão dos fatos. Isso levou o império a decidir esmagar a revolta.

José de Araújo Ribeiro foi indicado para a presidência e veio acompanhado de um verdadeiro aparato de guerra e muitos soldados imperiais. Com a chegada de Araújo Ribeiro ao Rio Grande do Sul, a revolução se expandiu, com muitos acontecimentos tais como a Proclamação da República, cuja presidência foi assumida por Bento Gonçalves, a Batalha do Fanfa e a tomada de Laguna.

Com o passar dos anos, o exército Farroupilha foi se deteriorando e o império começou a reverter a situação, pois as revoluções que aconteciam em outras províncias foram acabando, e as tropas imperiais se reforçando para enfrentar os farrapos. Na mesma época, os países vizinhos, Argentina e Uruguai, também entravam em conflitos internos e, para fazer frente a esses conflitos, o Império precisava contar com o apoio econômico e, acima de tudo, militar do Rio Grande do Sul. Pensando nisso, aconteceu o oferecimento da “paz honrosa” para satisfazer os rebeldes. Esse acordo de paz nada mais foi que um combinado entre farroupilhas e imperiais:

Foi concedido aos estancieiros gaúchos o direito de escolherem o seu presidente de província; as dívidas da República Rio Grandense seriam da República seriam pagas pelo governo central; os generais farrapos poderiam, se o quisessem, passar para o exército brasileiro com os mesmos postos que ocupavam nas forças rebeldes; o governo central garantia o direito de propriedade e a segurança individual de todos os revolucionários os prisioneiros de guerra seriam soltos, e aqueles que estivessem fora da província poderiam retornar sem receio; seria elevada em 25% a taxa alfandegária sobre a entrada do charque platino no mercado brasileiro; o governo reconheceria a liberdade dos escravos que haviam servido a revolução como soldados.⁴⁴

Os rio-grandenses conquistaram muito daquilo que reivindicavam no início da Revolução Farroupilha. Entre as conquistas figuram, ainda, o direito de escolher o presidente e o aumento do imposto no charque uruguaio; contudo, aquele que era o grande objetivo, a independência do Rio Grande do Sul, não foi conquistado. Ao final de tudo, quem acabou sendo beneficiado não foram os soldados negros que lutaram nos

⁴⁴ PESAVENTO, 1985, p. 64-65.

campo de batalha, tão pouco os fazendeiros que doaram gados e cavalos para manter a revolução, mas os grandes generais e coronéis, que ampliaram seus bens e ainda mantiveram seus postos no exército imperial.

2.3 A MITIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

A historiografia regional idealista faz dos comandantes “heróis” e transforma a Revolução em uma grande epopéia. Esse mito construído em torno do gaúcho se sustenta pela grande durabilidade da guerra e pela maneira com que acabou, pois se o Rio Grande do Sul não venceu conquistando a independência e também não foi derrotado com a proposta imperial de “paz honrosa”. Como Pesavento observa,

a Revolução Farroupilha tornou-se o símbolo do espírito de bravura do povo gaúcho e de suas “tendências libertárias”. Quanto a seus principais vultos, converteram-se nos exemplos mais representativos da “raça” gaúcha, tais como altivez, coragem, desprendimento.⁴⁵

Evidentemente, quando se afirma que a Revolução Farroupilha foi mitificada, não se emprega o termo mito com o sentido fundador a ele atribuído pelas sociedades arcaicas. Toma-se, antes, mito no sentido de fala, como o faz Barthes ao definir seu significado hoje em dia nas sociedades históricas.⁴⁶

Segundo o semiólogo francês, não se trata se uma fala qualquer, pois algumas condições essenciais são necessárias para que uma fala se transforme em mito: sendo um sistema de comunicação, implica um modo de significação e, portanto, uma forma. Daí por que o mito não se define tanto pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como esta é proferida.

Por outro lado, visto como o mito não surge da “natureza” das coisas, uma vez que tem limites formais, mas não substanciais, é a História que comanda a vida e a morte do discurso mítico, que transforma o real em discurso. Por esse motivo, Barthes define o mito como uma fala escolhida pela história.

Dizer, contudo, que é fala, não implica em dizer que se deve tratar a fala mítica como língua, a matéria-prima do mito pressupõe consciência significante, e pertence, antes, ao domínio da semiologia. Ora, a semiologia postula a relação entre dois termos, o significante e o significado. Contudo, ao contrário da linguagem comum, em que o

⁴⁵ PESAVENTO, 1985, p. 8.

⁴⁶ BARTHES, 2007, p. 199-251,

significante apenas exprime o significado, na linguagem mítica devem ser considerados três termos: o significante, o significado e o signo, que é o total associativo dos dois primeiros termos.

Tome-se, por exemplo, a imagem de um homem montado a cavalo. No Rio Grande do Sul fazemo-lo significar liberdade e heroicidade. A partir daqui a imagem do homem a cavalo torna-se signo: não mais uma imagem, tomada como significante, ou seu significado, i. e., as qualidades a ela associadas, mas o homem-herói-liberdade. Não se deve confundir o significante do gaúcho a cavalo com a mesma imagem tratada como signo: o significante é vazio. Como significante, em outros tempos e culturas, não representará nada mais do que um homem montado a cavalo. Como signo, porém, é pleno e carregado de sentido.

Uma vez que o mito é um sistema semiológico segundo que se constrói a partir de uma cadeia semiológica pré-existente, o signo do primeiro sistema transforma-se em significante no sistema mítico. Sendo a um tempo sentido e forma, é pleno de um lado, e vazio do outro. Como *sentido* (termo final do sistema lingüístico), já traz uma história, postula uma leitura; como *forma* (termo inicial do mito), esvazia-se: a história evapora, permanece apenas a letra. Embora no sentido já esteja constituída uma significação, o mito a transforma subitamente em forma vazia, parasitária.

O sentido, porém, é portador de um sistema de valores, que a forma afastou, mas conservou a sua disposição: não morre, apenas perde seu valor, e conserva a vida, que vai alimentar a forma do mito. Assim, o mito é definido por esse jogo de esconde-esconde. O homem a cavalo esvazia-se, torna-se transparente. Ao mesmo tempo, porém, a história que se derrama da forma é o conceito que vai absorvê-la totalmente. Sendo ao mesmo tempo, histórico e intencional, o conceito restabelece uma cadeia de causa e efeitos, pois é determinado, e está repleto de significação, implantando toda uma nova história no mito: a imagem do homem a cavalo, previamente esvaziada, entra de novo em contato com a totalidade do mundo: com a história do Rio Grande do Sul, com o histórico cambiante do termo gaúcho, sua história presente e passada. Na verdade, o que se investe no conceito é menos o real do que um certo conhecimento do real, aquele que alimenta nossa imagem do gaúcho. Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito mítico é apropriado: o ser heróico e libertário montado a cavalo afetará um grupo de pessoas, e não outro.

Resta agora tratar da significação mítica. Como terceiro termo de um sistema semiológico, é o único a apresentar-se de forma plena e suficiente. Assim, a significação

é o próprio mito, tal como o signo saussuriano é a palavra. Porém, a relação que une o conceito ao mito é de deformação. Como o significante tem uma forma plena, que é o sentido, o significante mítico tem duas faces, uma plena (a história do gaúcho), e uma vazia, a forma (o homem a cavalo). O conceito deforma a face plena, o sentido: o gaúcho é privado de sua história. Como um valor, não busca sancionar a verdade, e nada o impede de ser um perpétuo álibi — dotado de duas faces, o significante sempre pode dispor da “outra face”, de forma que o sentido apresenta a forma, e esta distancia o sentido. Essa duplicidade de significante determina os caracteres da significação: o mito é fala definida pela intenção muito mais que pela literalidade, mas a intenção fica petrificada pela literalidade. É que o mito é uma fala roubada e restituída: quando vem a público, obriga seu ouvinte a reconhecer o corpo de intenções que o motivou. Assim, a significação é abalada graças à ambiguidade constitutiva da fala mítica, e será apresentada como uma notificação e constatação.

O entendimento de como o mito é recebido passa ainda pela duplicidade de seu significante, que ao mesmo tempo é o sentido e a forma. Uma primeira possibilidade é focalizar o significante vazio, deixando o conceito preencher a forma do mito sem ambigüidade. Este modo de focalizar é próprio do produtor de mitos: o homem a cavalo é um símbolo da liberdade e heroicidade do gaúcho. Já ao focalizar-se o significante pleno, o sentido da forma é evidenciado e, por consequência, a deformação destrói a significação do mito: o homem a cavalo transforma-se num álibi das qualidades do gaúcho. Esta focalização é a do mitólogo, que decifra o mito, e compreende sua deformação. Uma terceira possibilidade é focalizar o significante do mito como totalidade inextrincável de sentido e forma. O homem a cavalo é a própria presença da liberdade e heroísmo gaúcho. Essa é a focalização do leitor do mito.

A passagem da semiologia para a ideologia é baseada na terceira focalização. A semiologia afirma que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma eventualidade em eternidade. O mundo fornece ao mito uma realidade histórica definida, não importando a lonjura temporal ou a maneira que o homem produziu ou utilizou os fatos. O que foi restituído pelo mito é a imagem natural desse real. Dessa forma fica possível definir semiologicamente o mito na sociedade burguesa como *uma fala despolitizada*, entendendo-se política no seu sentido profundo, i. e., conjunto das relações humanas na sua estrutura social e no seu poder de construção do mundo. Nesse contexto, o sufixo - des representa o movimento operatório de deserção pelo qual o mito purifica e inocenta as coisas. No entanto, como afirmava Marx, por

mais natural que seja o objeto, sempre contém um rasto político: a presença do ato humano que o produziu, organizou, utilizou, submeteu ou rejeitou. Há, pois, sempre um vestígio político na metalinguagem, que, como a linguagem mítica, fala das coisas.

Felix aponta, para o fato de que dentre os itens que se apresentam como predominantes em qualquer processo de mitificação encontram-se a conjunção de um momento histórico específico e a questão da identidade. É nos momentos de ruptura que a coletividade sente a necessidade de algo novo que possa construir em torno de si um imaginário político que permita a compreensão da inteligibilidade histórica perdida. Nesse processo, a construção e definição das identidades sociais são determinantes, já que:

O mito é sempre definidor de fronteiras: internas pela identificação dos imbuídos da mesma crença, coerência e lógica próprias ao relato/ explicação em que se constituem, e, externas, porque, ao definir a identidade dos seus iguais, automaticamente define, nas suas fronteiras, os excluídos – os oponentes ao seu modo de ser e perceber o mundo social – aqueles que não têm uma memória comum e não possuem a legitimidade social do grupo em questão.⁴⁷

Personagens míticos ou mitificados se identificam com a história nacional ou regional que representam. Dessa maneira, e por intermédio desses personagens, o passado justifica o presente e até mesmo o futuro: o “uso da memória histórica sacralizada consolida a identidade”⁴⁸. Assim, percebe-se que a identidade de um povo não é algo que nasce por si só, mas é construída dentro de um dinamismo histórico, social e mitológico. A necessidade que as culturas em geral têm de criar e cultivar heróis se dá porque:

Heróis, enquanto figuras singulares, desempenham a tarefa da unidade e do reerguimento anímico do social. Pela elaboração de uma memória, através de um conjunto de símbolos e significações retomadas nos momentos específicos de crises e rupturas, quando se faz necessário ou presente pela primeira vez, como vitais ao grupo, o herói passa a ser imprescindível. Incorpora dimensões de sacralidade e atemporalidade. Torna-se mito e, no caso, com funções políticas especificadas enquanto mito político.⁴⁹

Comentando sobre o modo como Bento Gonçalves foi construído pela historiografia tradicional como o herói farroupilha, corporificando as virtudes atribuídas ao homem rio-grandense, Pesavento reflete que:

⁴⁷ FÉLIX, 1998, p. 144.

⁴⁸ FÉLIX, 1998, p. 144.

⁴⁹ FÉLIX, 1998, p. 146.

a atribuição do *status* de herói a Bento Gonçalves se insere mais uma vez na tendência da historiografia oficial de reconstruir o passado de uma forma idealista. Neste sentido, a Revolução Farroupilha, pontilhada de lances militares audazes, foi o tema de grande predileção dos historiadores rio-grandenses, onde a heroicidade do gaúcho encontraria respaldo nas figuras de Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Antonio de Souza Neto, etc..⁵⁰

O processo de construção do gaúcho é essencialmente um fenômeno ideológico: de campeador a guerreiro, o homem do Rio Grande do Sul foi inserido em um espaço histórico em que os atributos de coragem, virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo o momento, transportando-o para o plano do mito. Para Chaves, não existe outro caso em que a vitória da ideologia transpareça tão claramente. Na esteira do pastoreio latifundiário, nasce então o gaúcho herói. Com propriedade, Flávio Loureiro Chaves qualifica-o como “ser bifronte”, pastor e guerreiro. O crítico gaúcho chama a atenção para o fato de que esse processo de nobilitação se dá quando o gaúcho já está bastante distanciado da sua cultura primitiva: conserva, ainda, hábitos e indumentária que o ligam a suas origens, mas já não desfruta a liberdade do campo aberto, integrando, antes, a “engrenagem de uma sociedade rigidamente hierarquizada na expectativa do lucro”. Interessava aos grandes proprietários rurais atribuir uma aura heróica ao peão e ao soldado; mais tarde, os historiadores fazem-no protagonista duma “epopéia brasílica” que vai das Guerras Platinas à Campanha do Paraguai, sem esquecer, é claro, a Revolução Farroupilha.⁵¹

Na visão de Pesavento, o processo de mitificação do gaúcho “é extremamente significativo para que se possa apreciar o espaço de atuação de um grupo na sociedade, instrumentalizando ideologicamente uma noção de história para legitimar sua posição de predomínio e hegemonia na sociedade”.⁵² Como a historiadora ainda comenta, a história, em grande parte, procura defender os grupos que ocupam o poder: a rigor, cada grupo se encarrega de elaborar e difundir ideologia que legitime e solidifique sua posição hegemônica, resgatando para si um passado que o enobreça, e que difunda uma visão da dignidade e justiça que o fazem merecedor da posição que ocupa.

A disseminação de uma tal visão requer que o passado seja configurado como imutável, dotando uma região e seus habitantes de contornos definidos e perenes. No caso específico do Rio Grande do Sul, era necessário que se acreditasse que

⁵⁰ PESAVENTO, 1985, p. 46.

⁵¹ CHAVES, 1999, p. 68-69.

⁵² PESAVENTO, 1989, p. 55.

o Rio grande do Sul foi sempre o **paladino da liberdade**, lutou sempre por **causas justas** e seu povo possui **virtudes inatas**, representadas na figura do gaúcho: altaneiro, destemido, livre, etc. Tal visão idealizada se complementa na idéia de que na sociedade sulina não havia hierarquias ou distinções sociais. Teria vigorado uma verdadeira **democracia dos pampas**, na qual peão e estancieiro trabalhavam lado a lado, irmanados ambos na mesma figura mítica do gaúcho, **centauro dos pampas, monarca das coxilhas**.⁵³

Essa história regional, apresentada de forma ideológica, apresenta um panorama homogeneizante, difundindo a noção de uma perfeita democracia, em que todos os gaúchos são iguais, uma igualdade que se funda na herança compartilhada de tradições gloriosas. Assim, oculta-se a dominação, nega-se o conflito e elege-se uma figura do passado, restaurando-a de forma idealizada, que não corresponde ao processo histórico real. Mais: oferece-se uma visão do passado no qual a classe dominante aparece não só como representante de todos os interesses da coletividade, como o todo social passa a enxergar a si mesmo em concordância com os valores. Em um prolongamento de tal raciocínio, a história regional passa a personificar a região, e o gaúcho e as características de que se tornou símbolo tornam-se simbólicas do povo rio-grandense como um todo. Os fatores de atrito são projetados para fora dos contornos do Estado, como tem se dado em relação a situações em que os interesses regionais e nacionais entram em choque, como na Revolução Farroupilha e na Revolução de 30, por exemplo.⁵⁴

Para o poder político, em especial, o imaginário e o simbólico têm valor estratégico, uma vez que aquele se apropria dos símbolos para garantir a dominação efetiva e a obediência dos cidadãos. Assim, a produção de um sistema simbólico não se dá ao acaso, mas tem a finalidade de produzir um sistema de representações que tanto traduz como legitima uma dada ordem social.⁵⁵

A visão idealizada da Revolução Farroupilha era implantada nos cidadãos gaúchos desde o início da vida escolar, pois a partir do primário, em um passado não muito distante, os textos que se encontravam nos livros didáticos eram pouco consistentes e bastante parciais em favor dos revolucionários farroupilhas. Além da escola apresentar

⁵³ PESAVENTO, 1989, p. 56, grifo da autora.

⁵⁴ PESAVENTO, 1989, p. 57-58

⁵⁵ BACZKO, 1986, p. 299, apud FELIX, 1998, p. 142.

tal parcialidade, ainda os meios de comunicação e uma grande parte da literatura apresentam uma imagem heróica do gaúcho.

Em um livro didático da 4ª série do Ensino Fundamental, publicado em 1994, no qual o conteúdo de história é todo voltado para o Rio Grande do Sul, encontram-se duas laudas dedicadas à Revolução Farroupilha. O texto explica o que eram as províncias, quais eram as mais importantes e por que e como funcionava a escolha dos presidentes:

Depois de proclamada a independência, o Brasil passou a ser um Império. Durante esse período o território brasileiro era dividido em províncias. As mais importantes eram Rio de Janeiro e São Paulo, porque lá se cultivava café, o mais importante produto da economia brasileira na época do Império. Os presidentes das províncias (cargo equivalente ao dos governadores) eram escolhidos pelo imperador e quase sempre faziam governos ruins⁵⁶.

A partir da informação de que os presidentes indicados pelo império faziam maus governos, o texto informa que os fazendeiros estavam descontentes com o Império. Também fala mal do presidente Fernandes Braga, afirmando que este não era preocupado com o desenvolvimento do Rio Grande. Ainda comenta sobre os preços do charque gaúcho e platino, afirmando que somente o produto sul-rio-grandense sofria com a tributação. Exalta os fazendeiros gaúchos dizendo, que esses queriam que o povo escolhesse o presidente da província. Fala ainda de quando os farrapos tomaram Porto Alegre e cita os nomes dos grandes generais, colocando-os em uma condição superior.

Essa visão idealizada se mantinha durante toda a vida escolar dos gaúchos, pois a Revolução Farroupilha só seria novamente retomada no Ensino Médio, porém de forma bastante superficial, em capítulos destinados às Revoltas Regenciais. Nesses capítulos também se tratam as demais revoltas como, por exemplo, a Cabanagem no Pará, a Revolta dos Malês na Bahia, a Sabinada também na Bahia, entre outras, sendo destinado não mais de uma lauda para cada item. Apresenta-se apenas o espaço geográfico e um breve comentário sobre as causas, o objetivo, ou melhor, o que se pretendia conquistar com a revolução, como tudo terminou e cita-se o nome de comandantes como: Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Giuseppe Garibaldi e Onofre Pires. Os livros didáticos de Ensino Médio pesquisados foram publicados entre 2004 e 2007 e estão relacionados nas referências bibliográficas.

A visão mitificada da Revolução Farroupilha está mudando, pois em outro livro didático da 4ª série do Ensino Fundamental, publicado em 2007, encontram-se sete

⁵⁶ KOTECK, 1994, p. 90.

laudas destinadas ao assunto. Nesse livro os fatos não são apenas citados, mas também explicados:

Os grandes pecuaristas da campanha revoltaram-se contra o governo central, que prejudicava seus interesses. Em 20 de setembro de 1835 eles depuseram o presidente da província, dando início à guerra dos Farrapos [...] A Guerra dos Farrapos foi um movimento liderado por ricos pecuaristas da campanha.⁵⁷

Neste fragmento do livro didático, pode-se perceber que o texto revela que os que lideravam o movimento revolucionário eram os ricos e poderosos. O autor ainda revela aos pequenos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental que a paz assinada no tratado de Ponche Verde não passou de um acordo entre os líderes e que os farroupilhas não eram abolicionistas:

Os farroupilhas foram ficando cada vez mais fracos e com menos condições de sustentar a luta. Em 1845 foi assinada a chamada Paz do Ponche Verde [...] Muitos escravos foram liberados para participar ao lado dos farroupilhas nos combates da Guerra dos Farrapos... Entretanto, é importante destacar que os farroupilhas, em sua maioria, nunca defenderam o fim da escravidão. Os escravos foram recrutados porque não havia homens brancos suficientes para os combates.⁵⁸

Tendo em vista a densa camada ideológica que recobre a imagem do gaúcho farroupilha, e a maneira como essa imagem mitificada foi absorvida pela sociedade, torna-se desafiante pesquisar até que ponto essa visão propagada pela historiografia tradicional foi ou não apropriada pelos romancistas, e se o foi, em que medida o foi. Assim, passa-se a seguir à análise do gaúcho farroupilha em duas obras, escritas dentro de um intervalo de sessenta e nove anos: *Contos Gauchescos* (1912), de Simões Lopes Neto e *A prole do corvo* (1981), de Luiz Antonio de Assis Brasil.

⁵⁷ PILETTI, 2007, p. 64-65.

⁵⁸ PILETTI, 2007, p. 67-68.

3 BLAU NUNES, FURRIEL FARROUPILHA

Resenhando *Contos Gauchescos* em 1913, Antonio de Mariz sauda-o como obra “genuinamente rio-grandense [...] representação de uma literatura que, por sua singeleza e naturalidade, atrai muito mais que as fantasias do ‘sonetismo’ moderno”.⁵⁹ Mariz repete a mesma expressão usada por Simões Lopes Neto para descrever seu narrador – “genuíno tipo [...] rio-grandense”. Na verdade, como se verá a seguir, Blau Nunes foi concebido como a síntese do homem riograndense, pelo que sua identificação com um romance que se diz legítimo representante do estado não é surpreendente. Por sua vez, Blau apresenta o gaúcho, enaltecendo sua vida na fazenda, sua coragem nas guerras e sua cumplicidade com os animais, principalmente o cavalo e o cachorro.

O narrador é apresentado inicialmente numa espécie de prefácio. A apresentação é feita por um gaúcho anônimo, que demonstra ser profundo conhecedor do estado, pois afirma já tê-lo cruzado por inteiro em ziguezague: esteve no litoral, na Lagoa Mirim, nas coxilhas de Santana, sentiu medo nas penedias do Caverá, colheu malmequeres nas planícies do Saicã, se banhou no rio Ibicuí, esteve também em Santa Tecla, São Gabriel, Tupanciretã, Santa Maria, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Soledade.

Além de grande conhecedor da geografia riograndense, o apresentador anônimo revela ter um conhecimento do Estado já de longa data, pois percorreu esses lugares em épocas diferentes, sentindo a grandeza, iberdade e a hospitalidade do povo na campina e nas cidades. Conhece também os variados modos de produção: agricultura, pecuária, a atividade fabril – viu colméias e currais, pomares, os rebanhos, a seara e as manufaturas.

Esse gaúcho introduz Blau Nunes como seu guia. É, pois, de fácil conclusão que Blau tem ainda mais conhecimento dos lugares do sul que esse experimentado conhecedor do Rio Grande, e que este o considera, de certa forma, como superior a ele. Gaba de Blau inicialmente o vigor e capacidade de fazer amigos, discriminando a seguir as qualidades físicas que cooperaram para que ele fosse um bem sucedido em suas atividades militares. Logo associa o nome de Blau ao do herói farroupilha Bento Gonçalves, e admite ter servido ocasionalmente sob o comando do almirante

⁵⁹ MARIZ. In: NETO, 2005, p. 132.

Tamandaré, que participou da repressão das revoltas ocorridas durante o Período Regencial: a Cabanagem, Sabinada, Balaiada e a Revolução Farroupilha:

E por circunstâncias de caráter pessoal, decorrente da amizade e da confiança, sucedeu que foi meu constante guia e segundo o benquistado tapejara Blau Nunes, desempenhado arcabouço de oitenta e oito anos, todos os dentes, vista aguda e ouvido fino, mantendo o seu aprumo de furriel⁶⁰ farroupilha, que foi, de Bento Gonçalves, e de marinheiro improvisado, em que deu baixa, ferido, de Tamandaré.⁶¹

Blau Nunes é descrito como um tipo genuinamente crioulo do Rio Grande do Sul que, diz o gaúcho anônimo, encontra-se hoje muito modificado. Assim, ao longo dos contos, ao mesmo tempo em que inscreve as qualidades de Blau - leal, ingênuo, impulsivo, precavido, perspicaz, sóbrio, infatigável - Simões Lopes Neto as inscreve como típicas de um passado agora distante.

Não são poucas as ocasiões em que remete a esse tempo de então. No conto “Trezentas Onças” o narrador se recorda que “tropeava nesse tempo” e ainda afirma que lhe parece “que foi ontem” que o fato narrado aconteceu. No conto “No Manantial” existe outra referência ao passado, quando remete aos tempos de sua infância, afirmando: “eu desde guri conheci o lagoão já tapado pelos capins”. O saudosismo do narrador continua sendo destacado no conto “O Mate do João Cardoso” em que lembra que: “naquele tempo não havia jornais, e o que se ouvia e se contava ia de boca em boca, de ouvido para ouvido”. Ainda marcas de um passado distante são expressas em “Correr Eguada”: “Si vancê fosse daquele tempo, eu calava-me, porque não lhe contaria novidade, mas vancê é um guri, perto de mim”. No mesmo conto, a relação do narrador com o passado continua quando lembra que: “entrei uma vez numa correria macota”. Esse fato teria acontecido pouco tempo depois da guerra do Oribe, que terminou em 1852. Outro ponto que retrata o passado do qual o narrador sente saudades está registrado no conto “Melancia e Coco” Verde: quando Blau Nunes conversa com Reduzo, “um conhecido do outro tempo”.

Retornando-se, ainda, ao Prefácio da obra, nota-se que Blau é descrito como sendo dotado de uma grande memória, de rara nitidez. Talvez essa qualidade é que permite entender como uma única pessoa pode se lembrar de tantos fatos, com a riqueza de detalhes retratados nos contos gauchescos. Para lá de questões de verossimilhança, contudo, é evidente que Blau é tomado como representante do gaúcho, não só

⁶⁰Posto existente no exercito português que equivale a sargento.

⁶¹ LOPES NETO, 2005, p. 16.

resumindo suas qualidades como também apresentando conhecimento profundo da história riograndense, que evoca constantemente, quer baseado no testemunho próprio, quer recordando pessoas que conheceu, que vivenciaram fatos mais remotos do que é dado a ele presenciar.

Os causos contados por Blau Nunes são a representação do tempo passado entre o Blau moço, militar e o Blau paisano, já em sua velhice. É notório também que para o apresentador Blau nunca deixou de ser militar, pois quando o define como paisano está dizendo que é um militar que está desprovido de sua farda, mas não de sua bravura e das qualidades que antes elencou como formadoras da personalidade do velho vaqueano.

É, pois, o furriel Blau que, guardando na memória uma longa trilha de recordações, de vez em quando as reconta, “como quem estende ao sol, para arejar, roupas guardas ao fundo de uma arca³”. Uma vez que Blau tem tão nobres qualidades, e conta aquilo que vivenciou, o gaúcho anônimo admoesta fortemente seus patrícios a escutá-lo: “Querido digno velho! Saudoso Blau! Patrício, escuta-o”.

Na qualidade de narrador embasado na autoridade da experiência, Blau Nunes aproxima-se do contador de histórias de Benjamin. Em “Experiência e pobreza”, Walter Benjamin ressalta como, noutros tempos, a experiência era comunicada aos jovens, quer resumidamente, em provérbios, com a autoridade da velhice, quer em longas histórias, muitas vezes narrativas de lugares longínquos, transmitidas de pai a filho. Lamenta que a arte de contar histórias a partir da experiência estivesse desaparecendo, e que o patrimônio cultural estivesse em processo de se desvincular da experiência, imergindo toda a humanidade em nova barbárie. Retoma a pobreza de experiência, especificamente no contexto do contador de histórias, em “O narrador”. Lamenta que a experiência da arte de narrar estivesse em vias de extinção, sendo raras as pessoas que sabiam narrar “devidamente”. Localiza, mais uma vez, uma das causas dessa lacuna na falta de experiência, pois “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”.⁶²

Benjamin distingue dois grupos de narradores, que se interpenetram de diferentes maneiras. Um é o narrador que se desloca, trazendo novas de lugares longínquos, pois na imaginação do povo quem viaja tem muito que contar; o outro corresponde ao que não saiu de seu país, ou lugar de origem, e que, portanto, conhece suas histórias e tradições. Blau Nunes é uma mescla desses dois tipos de narrador, pois, apesar de não

⁶² BENJAMIN, 1994, p. 198.

viajar para longe do estado, viajou internamente, e é um profundo conhecedor das histórias e das tradições do Rio Grande do Sul. Por outro lado, vivenciou com igual intensidade a vida cotidiana da estância, sendo um profundo conhecedor dos costumes e do lugar que está narrando.

A experiência de Blau Nunes é bem marcada nos contos. Em “No Manantial”, por exemplo, frisa que conhece o lago onde acontece a tragédia de Mariano e Chicão desde a infância, reforçando pelo uso do pronome “eu” sua experiência pessoal: “Eu, desde guri conheci o lagoão já tapado pelos capins, mas o lugar sempre respeitado como um tremedal perigoso”⁶³. Em outro conto, “Contrabandista”, depois de afirmar que Jango Jorge foi o maior na arte de contrabandear, enfatiza: “eu vi”.

Compartilhando das lides campeiras e das atividades militares, Blau Nunes é apresentado com a face do “gaúcho bifronte” definido por Chaves. Esta análise do Blau Nunes furriel pretende demonstrar como, apesar dessa dupla inscrição, tanto o gaúcho que o apresenta inicialmente “entre as erosões da morte e [as] eclosões da vida, entre o Blau – moço, militar – e o Blau – velho, paisano”, o faz a partir do contexto de sua experiência militar, como apraz ao próprio Blau recordar sua experiência nos confrontos militares, e isso desde sua infância.

Em “O anjo da vitória”, Blau Nunes relata que, ainda “gurizote”, com cerca de 10 anos de idade, já andava na garupa de seu padrinho. A referência temporal do conto é a Batalha de Ituzaingo, que teve lugar em 1827, no passo do Rosário, e foi a maior batalha campal ocorrida em solo brasileiro. As províncias Unidas do Prata haviam se revoltado contra o domínio do Império do Brasil sobre a província cisplatina; o imperador deu pouca importância ao fato no seu início, mas depois que a revolta ganhou o apoio da população uruguaia, Dom Pedro precisou recrutar uma força de combate que seria comandada por ele se não fosse o falecimento de Dona Leopoldina, sua esposa. Ficando, assim, o comando do Exército Imperial com Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena.

Ainda que fale com autoridade de quem vivenciou esse episódio histórico, Blau Nunes diz não ter grandes recordações da batalha: é com o que se registra na mente da criança que era que retrocede a esse episódio passado. Lembra como troteia colado com seu padrinho, por ele protegido, e as reclamações do padrinho, que afirma estarem mal acampados e extenuados, e atribui a culpa de todo o desconforto ao general Barbacena,

⁶³ LOPES NETO, 2005, p. 29.

que “não passava de um presilha, que por andar um dia a cavalo já tinha que tomar banhos de salmoura e esfregar as assaduras com sebo”. Com essa observação evidencia-se o contraste entre o homem da cidade e o homem do campo, muitas vezes aludido em outros contextos ao longo da obra, exprimindo o desprezo deste último por aquele que não compartilha seu estilo de vida. Aqui, há o agravante de que parecia ao “gaúcho mui sorro e acostumado na guerra”, já desde o tempo da Missões, que o homem de confiança do Imperador estava despreparado para o comando. Essa sutil insinuação é confirmada pelo fato, lembrado por Blau, de que quando os inimigos atacam de surpresa, os soldados imperiais têm que se refugiar no quartel do Barbacena, onde ninguém se entendia.

Só nessa ocasião que o menino Blau conhece o general José de Abreu, o barão de Cerro Largo. O contraste entre a descrição do general Abreu e a de Barbacena é marcante. Diferente de Barbacena, Abreu tem características típicas do gaúcho guerrilheiro, sendo valente com as armas, guapo como leão: “Esse dormia como quero-quero, farejava como cervo e rastreava como índio...; esse, quando carregava, era como um ventarão, abrindo claros num matagal”.⁶⁴ Admirado por todos, recebe o cognome de Anjo da Vitória.

Talvez a batalha do Ituzaingo fique tão marcada na memória do jovem Blau porque representa para ele duas grandes perdas: a do padrinho e a do Anjo da Vitória. Com a morte do padrinho, que comanda um dos esquadrões do general Abreu, aos dez anos, Blau já se percebe desamparado e sozinho: vendo as forças se retirarem e distanciarem, percebe que “estava sozinho, abandonado, gaudério e gaúcho, sem ninguém pra me cuidar!...”.⁶⁵ O heroísmo da morte de ambos, Abreu e padrinho, é acentuado; a ocasião dá lugar também a enfatizar o companheirismo do homem a seu cavalo, mortos ambos, companheiros na vida e na morte:

O Anjo da Vitória lá ficou, onde era a frente dos seus esquadrões, crivado de balas, morto, e ainda segurando a espada, agora quebrada. Campeei o meu padrinho: morto, também, caído ao lado do azulogo, arrebentado nas paletas por tiro de peça: ali junto, apertando ainda a lança, toda lascada, estrbuchava o Hilarião, sem dar acordo, aiando, só aiando.⁶⁶

No conto também aparece, ainda jovem e com o posto de major, Bento Gonçalves da Silva. Blau Nunes faz questão de lembrar que mais tarde Bento Gonçalves

⁶⁴ LOPES NETO, 2005, p. 84.

⁶⁵ LOPES NETO, 2005, p. 86.

⁶⁶ LOPES NETO, 2005, p. 86

seria general na Revolução Farroupilha. Simões Lopes Neto alude assim, de passagem, à longa carreira de Bento, que segundo conta a História, muito jovem engajou-se na peleia: nas guerrilhas da primeira campanha cisplatina em 1811, na segunda campanha cisplatina em 1816. Seu prestígio militar se confirmou na Guerra da Cisplatina e, em 1825, foi o comandante de cavalaria na batalha de Sarandi e também na batalha de Ituizango, onde cobriu a retirada das tropas brasileiras. É neste último contexto que foi dado a Blau conhecê-lo. Refere-se a ele não como a um general qualquer, mas sim como o “meu general”, enfatizando os laços que o unem àquele herói farroupilha. Blau lembra que, na época, o então major Bento Gonçalves não é um comandante de gabinete, mas vai até os campos e de batalha, onde procura distrair os inimigos para que os soldados gaúchos se unam. Nessa época os confrontos são fronteiriços e se luta contra os castelhanos.

Outro conto que marca a presença do Anjo da Vitória é “Contrabandista”. Jango Jorge, já então próximo dos 90 anos, capitão de uma maloca de contrabandistas, é caracterizado como alguém que tinha “vindo das guerras do outro tempo”: fora soldado do esquadrão do general José de Abreu, o anjo da vitória, na batalha do Ituzaingo, de quem sempre lembra com muito respeito, tirando o chapéu cada vez que a ele se refere.

Também se recorda o contrabando em conexão com o passado militarizado, em que a atividade se constituía em divertimento, mas também era realizada “por despique dos espanhóis”, um tempo sem leis, em que manda quem pode, quem tem poder aquisitivo alto ou ainda alguma ligação com o Imperador. Exemplificando a mesma valentia que mais tarde seria ostentada pelo gaúcho farroupilha, diz-se desse contrabandista ter conquistado e defendido essas terras com seu facão e seu cavalo, num cenário de desmando que se prolonga até a Revolução Farroupilha e a Guerra de Rosas.⁶⁷ Blau descreve o contrabando como “sem malícia”, pois, como Maria Helena Martins revela, o contrabando era uma atividade comum para a época:

Aqui está presente um dos aspectos mais importantes do engajamento militar dos gaúchos, que era fazer da guerra uma extensão das suas vidas nas estâncias: domar potros, fazer contrabandos, saquear os inimigos, lutar pelo estancieiro-caudilho faziam parte do mesmo cotidiano.⁶⁸

⁶⁷ Também conhecida como Guerra do Prata ou Guerra contra o Oribe, aconteceu no contexto de longa disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do Rio da Prata. A batalha se travou entre aconteceu de 1851 a 1852.

⁶⁸ MARTINS, 2002, p. 114.

O conto “Os cabelos da china” acontece ao início do que seria o mais longo conflito armado e interno do Brasil, a Revolução Farroupilha. Nesse conto, percebe-se que o guri que ficou desprotegido durante a Batalha do Ituzaingo sobreviveu e agora já é um rapaz. Como diz, “Passaram os anos. Eu já tinha o meu bigodinho.”

O jovem Blau encontra um conhecido, Juca Picumã, que além da coragem e do prazer que sente em ser militar também apresenta outras características típicas do gaúcho: sabe manusear animais, aproveitando tudo o que eles podem oferecer; hábil domador, não lhe importa se o animal era bravo ou manso: sempre o doma, fazendo parecer que aquilo era muito fácil. Esse típico gaúcho rústico, mas com grande habilidade para os trabalhos manuais de guasqueiro é, assim, experiente professor para o jovem Blau Nunes:

Quem me ensinou a courear uma égua, a preceito, estaquear um couro, cortar, lonquear, amaciar de mordança, o quanto, quanto...; e depois tirar os tentos, desde o mais largo até os fininhos, como cerdas de porco, e menos; quem me ensinou a trançar foi um tal de Juca Picumã[....]⁶⁹

Como narrado no conto, Blau Nunes e Juca Picumã fazem parte do mesmo pelotão, e ficam presos no mato encurralados pelos caramurus. Apesar de sua pouca idade, Picumã reconhece-lhe a valentia, e apresenta seu companheiro a um comandante como “gurizote, mas cria de calombo”. É assim que ambos, o experiente Picumã e o jovem Blau, são incumbidos de se infiltrar no território inimigo, abrindo terreno para que seu comandante possa fazer uma vingança pessoal, justificando o comandante inimigo para quem sua mulher se bandeara. Essa circunstância constitui-se em alibi para que se narrem confrontos entre caramurus e farroupilhas, ao mesmo tempo em que se narra a história de um homem traído e o dilema de um homem que tem que se posicionar entre o dever e a lealdade a seu capitão ou o amor de pai: a mulher que trocara o capitão farrapo pelo caramuru é justamente a filha de Picumã.

O final do conto enfoca Picumã, tempos depois desse episódio, ainda lutando como bravo farroupilha. Segundo conta a Blau, é atacado por oito homens, mas só pode “estrompar” cinco. Nesse momento, ferido de morte, faz-se forte o amor de pai, e deseja reaver o buçalete e o cabresto que havia dado ao amigo anos antes e que, só agora revela, fora feito dos cabelos da filha.

⁶⁹ LOPES NETO, 2005, p. 62.

Outro conto em que os dramas do cotidiano se misturam com o confronto militar é “Melancia e Coco Verde” que, embora tenha como pano de fundo temporal a época “em que os castelhanos bandearam a fronteira”, narra uma história de amor entre um soldado e uma bela prenda. Blau conta a história ao rever o índio Reduzo, “conhecido do outro tempo”, quando era empregado dos Costa na Estância do Ibicuí, o que lhe dá oportunidade para narrar “uma alarifagem” em que índio andou metido. A valorização do gaúcho soldado segue no conto, quando Blau Nunes narra que quando, mais uma vez, o Rio Grande do Sul entra em confronto com os castelhanos, o Costinha é um dos primeiros a se apresentar para servir. Reduzo também acompanha o filho do Costa, na casa de quem fora criado, como seu ordenança. Recebe depois a tarefa de enviar recado cifrado à filha do estancieiro Severo, Sia Talapa, por quem Costinha se apaixonara, a fim de evitar a realização de seu casamento com um sobrinho dele, primo dela. Como na descrição de Barbacena em “O Anjo da Vitória”, traça-se contraste entre o gaúcho e o homem da cidade, descrevendo-se o pretendente como um “ilhéu, mui comedor de verduras, e que para montar a cavalo havia de ser em petiço e isso mesmo o petiço havia de ser podre de manso... e até maceta ... e nambi... e porongudo”!⁷⁰

Blau Nunes situa o momento em que a história aconteceu como

aquele tempo... quando rompeu a independência lá na Corte do Rio de Janeiro... e depois tivemos que ir pra coxilha fazer a guerra dos Farrapos, com seu general Bento Gonçalves, que foi meu comandante, sim senhor, graças a Deus... e mais os outros torenas!...⁷¹

Note-se que, de novo, se evidencia sua afeição e reverência por Bento Gonçalves, a quem volta a chamar de “meu comandante” e agradece a Deus por ter servido a ele.

O conto “Duelo de Farrapos” lembra um fato interno e muito conhecido da revolução, ou seja, o duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires da Silveira Canto. Onofre um dos mais ativos e atuantes coronéis na Revolução Farroupilha. Cabe a ele comandar as forças que deram início no vitorioso encontro da Ponte da Azenha, que cria condições para a conquista de Porto Alegre em 20 de setembro de 1835. Em 1844, desgastados por tanto tempo de guerra, Bento e Onofre entram em linha de colisão. Quando suas acusações abertas chegam ao conhecimento de seu primo, Bento Gonçalves, o duelo torna-se inevitável. Onofre abre mão de suas imunidades parlamentares e coloca-se à disposição de Bento para um duelo, que acontece no dia 27

⁷⁰ LOPES NETO, 2005, p. 74.

⁷¹ LOPES NETO, 2005, p. 75.

de fevereiro de 1844, às margens do Rio Sarandi, em Santana do Livramento. Onofre é atingido no antebraço direito, fato que interrompeu o duelo.

Ao relembrar o episódio, Blau Nunes o faz com a autoridade de quem conhece de perto a história do Rio Grande e, acima de tudo, com o testemunho de quem foi ordenança de Bento Gonçalves, a quem mais uma vez chama de “meu general”. Lembra que, em 1842, o general era presidente da República Rio-Grandense, e, mesmo passados tantos anos do episódio, ainda assim o narrador manifesta muito respeito quando pronuncia esse nome, tirando o chapéu ao proferi-lo. De novo, enfatiza os laços com “seu” general: “Já um ror de vezes tenho dito – e provo – que fui ordenança de meu general Bento Gonçalves”.⁷²

Blau recorda, também, o episódio das eleições, e de como o comandante general e presidente convoca uma eleição para deputados que irão formular as leis para reger a república, que está um tanto quanto desgovernada devido à guerra. Um mês depois já se sabe quem são os eleitos, todos “macotas” e “torenas que andavam na coxilha”. Enfatiza-se, assim, a ligação dos deputados às classes dirigentes (“macotas”, i- e., indivíduos poderosos, influentes) e sua valentia (“torena”, indivíduo forte, valente, destemido). Desta forma, ao mesmo tempo em que inscreve a relação entre a classe hegemônica e os interesses do direcionamento da guerra, reafirma as características que contribuíram para a mitificação do gaúcho. A citação dos versos do jornal *Americano* serve ainda para recordar a doutrinação ideológica que fazia da guerra um dever, a fim de combater o “despotismo insano”:

Pela Pátria viver, morrer por ela;
Guerra fazer ao despotismo insano;
A virtude seguir, calcar o vício:
Eis o dever de um livre Americano.⁷³

No dia em que os deputados deveriam se apresentar para discutir e aprovar as leis nem todos comparecem, mas atente-se para o fato que o narrador faz questão de enfatizar que Bento Gonçalves está pessoalmente na seção. Blau Nunes chama a atenção do patricio para o fato que o presidente da República Rio-Grandense realiza uma fala muito sisuda, que todos os presentes escutam em minucioso silêncio, e gesticulam, dando razão às palavras por ele proferidas.

⁷² LOPES NETO, 2005, p. 98.

⁷³ *Ibid.*, p. 98.

Registra-se no conto, ainda, a presença do então barão Caxias. Como se sabe, trata-se de Luís Alves de Lima e Silva, que participou das lutas da Independência, em 1822-1823, do esforço pela manutenção da ordem pública na capital do Império, após a abdicação de Pedro I, em 1831, e dominou os movimentos revoltosos da Balaiada, no Maranhão (1839), em Minas Gerais e São Paulo (1842) e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1845). Na qualidade de militar a serviço do Império, é descrito por Blau como “o maioral dos caramurus”.

O narrador também registra a atuação dos presidentes uruguaios Oribe e Rivera, que apóiam o exército do império contra os farrapos. Refere-se aos inimigos do império como os “legais”, assumindo, assim, a condição de que os farroupilhas eram os revoltosos, mas com o orgulho de quem acredita ter se revoltado e lutado por uma causa justa. Descreve os uruguaios como ardilosos, o que é ilustrado pelo relato da bela senhora viúva que traz para o governo ofícios sobre gados arrebanhados, reclamando prejuízos, e que depois se descobre ser emissária dos caramurus. Na versão de Blau, o episódio levanta desconfiança contra o general Bento Gonçalves, e é uma das causas de seu desentendimento com o coronel Onofre Pires.

Em 1844, Blau Nunes, que então ainda é jovem, devendo estar com vinte e sete anos⁷⁴, novamente é distinguido com ordens do presidente para levar dois cavalos para a restinga. Percebe atrás dele dois vultos, que só mais tarde reconhece ser “meu general” Bento Gonçalves e Onofre Pires. É então que Blau Nunes percebe que haveria ali um duelo. O narrador faz menção às habilidades de Bento Gonçalves com a espada e da valentia com que Onofre responde seus golpes, descrevendo-os como iguais em valor e valentia.

A descrição do final do embate, quando o coronel Onofre Pires fica caído na restinga, ressalta as virtudes dos heróis da guerra. Blau justifica o duelo, dizendo que, muito embora a amizade desses farrapos tivesse sido transtornada pela bela emissária, a dama não tem o poder de “mudar o preceito de honra deles: brigavam, de morte, mas como guascas de lei: leais, sempre!”⁷⁵ Destaca também a honradez com que Bento se comporta diante da desvantagem de Onofre, ao qual acode quando vê caído e ferido; como o narrador salienta, não eram gente de se aproveitar da fraqueza do oponente para vencer uma batalha.

⁷⁴ Em 1827, na batalha de Ituizango, Blau era um menino de dez anos. Agora, passados 17 anos, deveria estar com 27 anos de idade.

⁷⁵ LOPES NETO, 2005, p. 103.

Os grandes nomes da revolução também aparecem em “Chasque do Imperador”. O conto inicia lembrando uma visita do imperador Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul em 1865, no cerco de Uruguaiana pelos paraguaios. Acontece então a Guerra da Tríplice Aliança, durante a qual, em 1865, é retomada Uruguaiana, que está, então, sob o comando do Paraguai. Como já implícito no título do conto, Blau atua, nesse episódio, como homem de confiança do imperador, enquanto este permanece, com toda sua comitiva, em terras gaúchas. Dentre suas atribuições, estão o encilhamento do cavalo, a segurança pessoal e o encargo de carregar as armas e documentos que lhe pertencem.

O Barão Caxias, que como descrito no conto “Duelo de Farrapos”, é comandante caramuru contra os republicanos, também faz parte da comitiva que acompanha o imperador, fardado e firme sempre. A história desse conto acontece em 1865, aproximadamente, 20 anos depois da Revolução Farroupilha, e Blau Nunes já é cabo do exército.

Como quando ainda bem jovem, mais uma vez Blau Nunes é distinguido com missão especial com base em sua valentia. Caxias explica que sua majestade necessita “um chasque provado, seguro”, pois “há perigo, na missão”. Ao ser escolhido, Blau imediatamente apeia do seu cavalo e se apresenta. É importante atentar para o detalhe de que Blau está montado, pois parece simples, mas na verdade é muito significativo, pois identifica que, tal como com os civis, a figura a cavalo alimenta o mito do gaúcho centauro dos pampas, inseparável de seu cavalo.

Blau Nunes faz questão de dizer que lembra do Barão Caxias e relata um fato que aconteceu em 1845, último ano da Revolução Farroupilha, quando tem que lhe entregar um ofício em mãos. Para isso, necessita lutar com soldados legalistas, que querem tomar-lhe o papel. Blau ainda comenta que o líder dos caramurus oferece-lhe pouso e comida em sua própria barraca. O fato narrado é recordado pelo Barão Caxias, que pergunta se Blau é o mesmo homem. A resposta é afirmativa, e enfatiza ganho em maturidade e força: “Sim, Sr., com algum osso mais duro e o juízo mais tironeado!”⁷⁶

O conto “No Manantial” também faz referência aos gaúchos militares, mencionando o brigadeiro Machado, que autoriza Mariano a se apropriar de terras sem donos, e o furriel André, por quem sua filha se apaixona em reunião religiosa na casa do brigadeiro Machado.

⁷⁶ LOPES NETO, 2005, p. 58.

A mesma valentia e a bravura que distinguem os rio-grandenses para enfrentar os perigos desse mundo são realçadas por também estarem presentes no enfrentamento do sobrenatural. O narrador Blau Nunes chama a atenção para o fato de que a roseira vermelha que está exatamente no centro do manancial teria sido plantada ali por um defunto, e que o próprio manancial é o defensor da roseira, pois quando alguém se aproxima tudo treme e a água bufa e borbulha. Nessa história de amor e ciúme doentio, que resulta em tragédia, Mariano vinga sua filha, que havia morrido dentro do lago quando foge daquele que tenta violentá-la. Enfrenta Chicão, jogando-se no manancial, onde o esgana, ao mesmo tempo em que some com ele, engolidos ambos pelo pântano.

Nesses contos analisados pode-se perceber o respeito e o orgulho de Blau Nunes pela sua condição de militar e pelo fato de poder defender o Rio Grande do Sul, e até o Brasil, nos confrontos armados. A par do orgulho sentido quando fala sobre a Revolução Farroupilha e sobre o presidente da República Rio-Grandense, Bento Gonçalves da Silva, pode-se perceber seu respeito e admiração por ainda outras características do gaúcho.

O conto “Trezentas Onças” destaca a honestidade do gaúcho, e seu apego ao cusco e ao cavalo. Quando Blau Nunes perde a guaiaca com o dinheiro do patrão, o cachorro como que se humaniza, esforçando-se por avisá-lo da perda. Pára e late a todo o momento; quando o narrador se dá conta da falta da guaiaca e resolve voltar, mais uma vez é notória a satisfação do cachorro. Não encontrando o dinheiro, e com medo de ser acusado de ladrão, Blau Nunes pensa em cometer suicídio. É ainda a companhia dos animais que lhe salva a vida.

Quando está pronto para tirar a própria vida, Blau Nunes recebe sinais que o fazem mudar de idéia. Em um impulso, súbito olha para frente e vê as estrelas refletidas na água; sente o cachorro lambendo a mão, ouve o relincho do cavalo e a cantoria de um grilo, e assim se desfaz daquela tentação ruim. Associa então seus animais aos valores que aprecia no gaúcho e no seu estilo de vida: “O cachorrinho tão fiel lembrou-me a amizade da minha gente; o meu cavalo lembrou-me a liberdade, o trabalho, e aquele grilo cantador trouxe a esperança”.⁷⁷ Honesto, depois de passada a tentação, Blau Nunes novamente monta em seu cavalo, e pensa em como ressarcir o dinheiro perdido. Por fim, a “risada grande, de gente boa” que o saúda, atesta da amizade e companheirismo dessa gauchada “leal e ingênuas”.

⁷⁷ LOPES NETO, 2005, p. 21.

“Deve um queijo” sugere que não se deve tomar o bom coração do gaúcho e sua índole hospitaleira e amigável levianamente, pois o rio-grandense não admite que se aproveitem disso para lhe fazerem maldades. Ao castelhano que lhe provoca, e o obriga a pagar um queijo, o bom e matreiro velho Lessa, que parece aceitar a proposta num primeiro momento, obriga a comer mais queijo do que poderia agüentar, e depois ainda lhe dá uma surra de facão.

Outro ponto que deve ser observado aqui é que o homem que tenta se aproveitar do velho Lessa é um castelhano. Isso ressalta a rivalidade do povo gaúcho com os castelhanos oriundos da Argentina e do Uruguai, pois devido à concorrência no preço do charque que iniciam os conflitos que dá início à Revolução Farroupilha.

O relacionamento de cumplicidade e amizade com os animais, já visto no conto *Trezentas Onças*, é retomado com mais ênfase em “O Boi Velho”. Nesse conto, Blau Nunes, mais uma vez, não toma parte na ação, mas é testemunha ocular dos fatos e, por isso, conta o que aconteceu com todos os detalhes.

Inicialmente, o narrador chama a atenção para a maldade do ser humano, exclamando: “Cuê-pucha!... é bicho mau, o homem!” A exclamação prenuncia o relato da brutalização do homem no conto, em que a maldade e interesses egoístas do homem contrastam com a docilidade, bondade e amor do animal a seu serviço. A história acontece na estância dos Silvas, pessoas importantes na política, que possuíam dois bois, o Dourado e o Cabiúna.

Por muito tempo os animais serviam à primeira, segunda e até a terceira geração da família. Quando Cabiúna fica sozinho, após seu companheiro ter sido mordido por uma cobra, é arranjada outra junta para o carretão e o boi velho vai ficando de lado. Emagrece; para não perder o valor de seu couro, seus donos decidem matá-lo. Nesse momento se evidencia animalização do ser humano, que não demonstrando sentimento algum, mata o boi, esquecendo os seus préstimos passados à família. Mesmo com o sangue golfando, o animal ocupa o seu lugar no carretão, coloca a cabeça na canga e fica pronto, esperando as ordens do peão. Em sua cumplicidade com o homem, o boi conhece a sua rotina, e sabe exatamente a hora em que precisarão de seu serviço. Tal é o contraste com a atitude humana, que o conto termina ecoando as palavras de seu início, “Cuê-pucha!... é mesmo bicho mau, o homem!”

O mito de uma sociedade igualitária, em que fazendeiros e peões convivem em absoluta igualdade, é desfeito em contos em que se alude à criadagem, e principalmente aos negros. Em “No manantial”, claramente se descrevem as negras como as serviçais

da casa. Em “O Negro Bonifácio” fica visível que também existe preconceito no Rio Grande do Sul. Já inicialmente o narrador, Blau Nunes, afirma que o negro é “maleva [...] um condenado”. Por outro lado, concede que é ao mesmo tempo um taura, o que se configura como índice do apreço dos gaúchos a tipos valentes e destemidos: mesmo em face de indivíduo a que considera um renegado, Blau não se pode eximir de gabar-lhe a valentia.

Se é verdade que a parte final do conto confirma a maldade do negro Bonifácio, também é verdade que, em muitos momentos do conto, suas ações são exatamente as mesmas que as dos demais homens que se reúnem na carreira. Como o narrador registra, “não vinha por ela [Tudinha], não; antes mais pro farrear, jogar e beber”. Ainda, semelhantemente aos demais, o negro vem montado, talvez mais bem montado que os outros, e talvez mais bem vestido que eles: “E bem montado, vinha, num bagual lobuno rabicano, de machinhos altos, peito de pomba e orelhas finas, de tesoura; mui bem tosado a meio cogotilho, e de cola atada, em três tranças, bem alto, onde canta o galo!”⁷⁸

Talvez, por isso, e por ser negro, lhes provocasse a inveja. Assim, é descrito como “negro pachola”. Por outro lado, o narrador não deixa de registrar Tudinha como um tipo insinuante. Daí à proposta da aposta, à recusa da moça em aceitar o pagamento do negro em meio a todos, à revelação do negro acerca da duplicidade da moça, expondo-lhe em público seu relacionamento passado, segue-se a defesa dela por Nadico, e a cena de revide, seguida de mortes. Nesse momento, descontrolado, Bonifácio comporta-se como um condenado, e realmente se torna um.

Todas as características dos gaúchos que estão presentes nos contos - a bondade, a coragem, a valentia, o respeito, o machismo, a parceria com o cavalo e com o gado, são norteados por uma espécie de código de honra reproduzido no conto “Artigo de fé do Gaúcho”. Nesse conto, Blau Nunes apresenta dois tipos de pessoas, aquelas que não sabem por que estão no mundo e só vivem porque vêem os outros viverem, e aquelas que, como ele, aprendem às próprias custas como aproveitar melhor o tempo e a vida. E assim Blau começa a ditar as regras de vida de um gaúcho. Dos vinte e um artigos, sete se referem à relação homem cavalo. Nesses artigos Blau Nunes ensina que o cavalo não deve ser desmamado, mas deve ser vigiado desde novinho pelo seu dono. Dá também conselhos de como domar um cavalo e, por superstição, os dias em que isso não deve

⁷⁸ LOPES NETO, 2005, p. 24.

ser feito. Preocupa-se, ainda, com o tratamento de respeito e carinho que se deve ter com o animal, bem como seu cuidado em uma viagem longa:

1º Não cries guaxo: mas cria perto do teu olhar o potrilho pro teu andar.

2º Doma tu mesmo o teu bagual: não enfrenes na lua nova, que fica babão; não arrendes na minguante, que te sai lerdo.

3º Não guasqueies sem precisão nem grites sem ocasião; e sempre que puderes passa-lhe a mão.

6º Se tens viajada larga não faças pular o teu cavalo; sai ao tronco até o primeiro suor secar; depois ao trote até o segundo; dá-lhe um alce sem terceiro e terás cavalo para o dia inteiro.

7º Se queres engordar o teu cavalo, tira-lhe um pelo da testa todas as vezes da ração.

8º Fala ao teu cavalo como se fosse à gente.

9º Não te fies em tobiano, nem bragado, nem melado; pra água, tordilho; pra muito, tapado; mas pra tudo, tostado.⁷⁹

Outros seis artigos são voltados para ensinamentos de vida, discorrendo sobre como um gaúcho deve agir: onde pode ou deve ir a qualquer custo e onde não deve ir de maneira nenhuma, mesmo que sacrifique o cavalo; o que deve despertar a desconfiança e deixar em estado de alerta, o valor da cautela e da calma, e o respeito devido ao próximo: ainda que o gaúcho grite com o animal xucro, o nunca deverá gritar com seu semelhante. De uma maneira bem regional o artigo décimo-setimo diz que não se deve ficar bravo, por que sempre vai ter alguém para acalmar. Outro ensinamento importante é o de se perguntar pelo cavalo quando se encontrar um gaúcho a pé com os arreios, pois alguma coisa ruim aconteceu com o animal:

4º Se és maturrango e chasque de namorado, mancas o teu cavalo, mas chegas; se fores chasque de vida ou morte, matas o teu cavalo e talvez não chegues.

5º A maior pressa é a que se faz devagar.

10º Se tomares um andante com os arreios às costas, pergunta-lhe – onde ficou o baio?

14º Se correres eguada xucra, grita: mas com os homens, apresilha a língua.

16º Cavalo de olho de porco, cachorro calado e homem de fala fina... sempre de relancina...

17º Não te apotres, que domadores não faltam.

19º Teima, mas não apostes; recebe e depois assenta; assenta, e depois paga...

20º Quando estiveres pra embrabecer, conta três vezes os botões da tua camisa...⁸⁰

⁷⁹ LOPES NETO, 2005, p. 112

⁸⁰ LOPES NETO, 2005, p. 112-113

Há também informações sobre como deve ser o relacionamento com as mulheres, ficando evidente o machismo que caracteriza o homem do Rio Grande do Sul. Nesses artigos se percebe que a mulher é comparada a uma arma e a um cavalo, e que a importância que o homem dá a ela é a mesma que a que atribui ao animal e ao objeto, pois nenhum pode ser emprestado. A mulher é sempre colocada lado a lado com o cavalo, pois o homem deve ser alerta quanto a ambos:

11° Mulher, arma e cavalo do andar, nada de emprestar.

12° Mulher, de bom gênio; faca, de bom corte; cavalo de boa boca; onça, de bom peso.

13° Mulher sardenta e cavalo passarineiro... alerta companheiro.

21° Quando falares com homem, olha-lhe para os olhos; quando falares com mulher, olha para boca... e saberá como te haver...⁸¹

Os outros dois artigos revelam ensinamentos sobre briga e guerra: como não devem acontecer e o que acontece nelas. Segundo a tradição gaúcha, só se entra em briga em uma guerra ou duelo sempre armado em iguais condições ao adversário: ou com arma branca ou arma de fogo, mas nunca desarmado. O artigo décimo-oitavo revela que todos têm receio, e até um pouco de medo da guerra:

15° Quando dois brigam de mão, o diabo cospe vermelho.

18° Na guerra não há esse que nunca ouviu as esporas cantarem de grilo.⁸²

Como implicado na observação final (“Que foi? Ah! Quebrou-se a ponta do lápis”), muitos outros artigos poderiam ainda ser ditados, ou seja: os “artigos de fé” apresentados configuram-se como os mais essenciais, os que mereceriam ser elencados com mais urgência.

Percebe-se, assim, ao longo dos contos, que no ponto de vista do Blau furriel, a imagem do gaúcho que se impõe é a do centauro dos pampas, um ser bifronte que serve na guerra e na campina, valente sempre, honesto e cheio de esperança. Esses valores, presentes em Blau e nos personagens com quem convive e cujas aventuras narra, formam uma imagem idealizada do homem gaúcho que repete aquela que levou a nobilitar esse tipo humano, e elevar o gaúcho farroupilha a herói.

⁸¹ LOPES NETO, 2005, p. 112-113

⁸² LOPES NETO, 2005, p. 112-113

4 FARROUPILHAS, PROLE DE CORVOS

O romance *A Prole do Corvo* (1978), de Luiz Antonio de Assis Brasil traz uma visão crítica da Revolução Farroupilha no plano da ficção. Retrata o último ano dessa guerra, apresentando as personagens sem grandes qualidades e com limitações que são naturais a qualquer ser humano como: fome, frio, sono, medo etc... . Centra-se no drama de José Henrique de Paiva (Filhinho), que foi obrigado a incorporar nas tropas de Bento Gonçalves para lutar por uma causa que não conhecia.

Duas epígrafes foram escolhidas por Luis Antonio de Assis Brasil: uma em que o líder da Revolução, Bento Gonçalves da Silva, é referido como Bambaqueré; a segunda, tirada do canto X da poesia *Invenção de Orfeu*, de Jorge de Lima, diz: “Agora tudo findo em guerra, em corvo/em despojos molhados e vislumbres/ ataduras sangrentas, algodões”. Dessa maneira, já de início, Assis Brasil não só indica a fonte da metáfora que dá nome a sua obra, insinuando a visão da guerra por que opta no romance, como explica ao leitor menos avisado o apelido dado a Bento Gonçalves.

Como se sabe, o Bambaqueré é uma espécie de baile (fandango), de origem africana, um conjunto de danças que se executa durante uma noite de folguedo, muito popular no Sul, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. Associando o herói farroupilha a esse festejo, Assis Brasil sugere que, no contexto do romance, o grande líder não é visto numa perspectiva reverencial. Por outro lado, uma vez que os corvos, que nos versos da epigrafe são relacionados a guerra, no romance são associados aos farroupilhas, introduz-se outra idéia tão chocante quanto a dessacralização de Bento Gonçalves a: dos farroupilhas como prole de corvos.

Corvos são aves de alimentação omnívora que podem ser necrófagas. Apresentam comportamento complexo, exibindo sinais de inteligência, planejamento e comunicação entre indivíduos. Essas informações técnicas ajudam a entender o porque Assis Brasil relaciona os farroupilhas com filhos de corvos, pois o soldado acaba vivendo em função da morte de seu inimigo e também apresenta essa capacidade de comunicação. Outra noção relacionada ao corvo deve ainda ser levada em consideração:

na mitologia, os corvos são vistos geralmente como portadores de maus presságios, devido à sua plumagem negra e hábitos necrófagos.

No início do romance, a personagem Filhinho já faz uma referência pejorativa a alguém que chama de Bambá ou Bambaqueré, mas em pensamento. Seu pai, porém, grita essas mesmas palavras em voz bastante alta, e ainda comenta sua indignação com a mulher, Clarinda: tinha que juntar as cavalcadas para entregar ao Bambá. Alude à prática farroupilha de requisitar cavalos entre os estancieiros. O coronel Francisco de Assis Henriques de Paiva, conhecido como Chicão, não é favorável a entregar seus cavalos ao major Firmino, oficial responsável por confiscar os animais em nome de Bento Gonçalves para a Revolução Farroupilha. Contudo, apesar de verbalizar sua inconformidade no seio da família, frente ao oficial apequena-se, finge-se conforme, fornece duzentos potros, e ainda sugere a Firmino como conseguir mais doações com os demais estancieiros:

... falando na República, que vai mal por falta de dinheiro. Quando estiverem bem impressionados, perguntem pelo tempo, pela cavalcada, pela eguada, como quem desconversa. Num fechar de olho virão as ofertas de gado, porque não há gente mais ladina que estancieiro, orre! É só ver que estão sendo obrigados, se fecham na retranca. Mas, com astúcia, se consegue o que quiser.⁸³

É quando aconselha que elogiassem as estâncias e os pastos, dizendo que eram os melhores da região, sendo justamente por esse motivo lembrado pelo general Bento Gonçalves, que pela primeira vez se menciona o nome do general presidente, revelando assim quem é o Bambaqueré ou Bambá, e que a República mencionada é a do Rio Grande do Sul. Com isso se percebe a indignação dos estancieiros, que precisam manter as finanças da República, doando gado e cavalos para a Revolução. Como tipificado por Chicão, demonstra-se sua indignação e ao mesmo tempo sua falta de coragem para enfrentar os homens de Bento Gonçalves e negar as ofertas requisitadas: é somente após a partida do Major Firmino e do soldado que veio buscar os potros, que o coronel Chicão comenta com D. Clarinda ter ficado apenas com um papel que prometia que os duzentos potros seriam devolvidos quando a República tivesse condições. Demonstra não acreditar no documento, e então, em família, sente-se forte o suficiente para criticar Bento Gonçalves, dizendo que essa história de república era uma invenção do Bambá.

⁸³ BRASIL, 1978, p. 12.

A fragilidade da personagem Filhinho já pode ser percebida nesse contexto, pois quando, Chicão, seu pai, demonstra toda sua indignação contra a República e Bento Gonçalves, o jovem se esconde na casa dos arreios, trancando a porta e permanecendo no escuro com o coração disparado. Lá, Filhinho se refugia no cheiro do charque – uma referência a que seu pai é duplamente prejudicado: pelo Império, que derruba os preços do charque, prejudicando aos comerciantes nacionais, e pelos Farrapos, que o exploram, requisitando-lhe os animais. O cheiro do charque leva Filhinho a pensar em Sia Dona, associando-o ao cheiro de seus peitos. O sentimento de medo é substituído pelo de contentamento, e trama planos de como fazer para buscar a mulher, que deve estar fazendo as tarefas domésticas.

Sobre a guerra Filhinho não sabe o que pensar, dadas as múltiplas opiniões que vê a seu redor: o pai esbraveja contra, o padre diz que às vezes a guerra ajuda a melhorar, a irmã Laurita preferia que todos estivessem em paz, mas como o marido estava lutando tinha que tomar partido pelos revolucionários. Filhinho, contudo, preferia tomar banho na sanga e deixar isso para os outros se preocuparem. Na estância não faz nem mesmo as tarefas que de costume são atribuídas aos homens. Diante do seu descaso, quem assume toda a responsabilidade pela estância é Laurita, que também não pode contar com a ajuda do marido, que está na guerra e nem com o pai, o coronel Chicão, com idade muito avançada:

Quando Filhinho, tremendo de frio, chega à porta da cozinha, logo enxerga Eudócia, que ouve de Laurita as recomendações do que fazer de comida. Já está acostumado a que a irmã tome conta da casa, determinando as criadas e às vezes até os peões e os escravos, nada escapa aos seus dedos finos e brancos: o que vestir, o que comer, as limpezas, as engomadas de ferro. Ele, muita ocasião, já foi tirado da cama, debaixo de falatórios de como deve ser bom para a saúde de cada um que se levantem cedo e ajudem alguma coisa no campo.⁸⁴

Laurita preocupa-se com o irmão, pois não adquire maturidade, não enxerga os problemas que se passam na estância de Santa Flora, vive fazendo brincadeiras e molestando a cozinheira Eudócia ou Sia Dona, e dessa maneira as atividades ficam todas para ela. Fruto de um parto complicado, o jovem tinha sido o alvo de super proteção. Se não demonstrava aptidão para tomar decisões, tampouco para o trabalho: gostava mesmo era de ficar na sombra pensando em Sia Dona, sem, contudo, assumir a responsabilidade do casamento. Ignora também a moça bonita filha do coronel

⁸⁴ BRASIL, 1978, p. 16-17.

Fagundes, outro estancieiro, que lhe manda cartas em um papel cor de rosa e perfumado.

Laurita até pensa em uma maneira de colocar seu irmão Filhinho a par da situação em que se encontra a estância, mas ele não demonstra interesse nenhum. Parece não viver ali, pois não consegue perceber os problemas da estância. Em vez disso, relaxa em uma sombra de árvore e pensa que Santa Flora é o melhor lugar para se viver. Também considera a possibilidade distante de um casamento, mas precisaria ser uma mulher como a irmã, bonita e branca. Este é um índice do preconceito racial no Rio Grande Sul, reforçado pela alusão aos trabalhadores comandados por Laurita, todos negros escravos. Essa sutil alusão a uma sociedade desigual, que se opõe ao discurso histórico oficial de que não existem diferenças entre os homens, lembra a maneira como o negro é representado por Simões Lopes Neto em contos como “O Negro Bonifácio”.

A ocasião em que o major Firmino chega para renovar seu pedido de cavalos reforça, mais uma vez, o comportamento contraditório de Chicão. Um dia antes esbravejara contra os farrapos, chamando-os de ladrões de gado; agora abraça Firmino como se fossem grandes amigos. Age, assim, como o faria uma pessoa normal diante da autoridade, muito embora, entre os seus, desabafe seu desagrado. Essa atitude contrasta com a dos gaúchos retratados por Simões Lopes Neto, sempre leais, heróicos, honestos. O fato de chamar Bento Gonçalves e os revolucionários de ladrões estabelece ainda outro ponto de divergência entre a visão histórica adotada por cada um dos escritores: enquanto Simões reinscreve o mito, embora localizando os fatos narrados nos tempos “de então”, Assis, ao registrar a maneira como o fazendeiro chama Bento Gonçalves e os revolucionários de ladrões, desmitifica o grande nome da Revolução Farroupilha.

A negativa do coronel Francisco Assis de Paiva em conceder mais cavalos aos revolucionários sela o destino do filho: Firmino lança seu olhar para Filhinho, convidando-o para que se integre às tropas de Bento Gonçalves como soldado, pois, de alguma maneira, as pessoas que simpatizam com a revolução precisam colaborar com a causa. Ante a reticência inicial de Chicão o oficial, sobre quem recai a responsabilidade de obter homens e cavalos, impacienta-se, ameaça, caminhava pela varanda a largas passadas fazendo tinir esporas. Para, as mãos na cintura: assim é que nem cavalos, nem soldados. “Acho que o general até pode duvidar de sua lealdade”.⁸⁵

⁸⁵ BRASIL, 1978, p. 23.

Mais tarde a indecisão de Chicão em lhe dar uma resposta definitiva empolga o major, que parte já com a certeza de que a viagem que tinha feito para buscar cavalos lhe rendera um soldado. Isso revela a pressão que recai sobre si: deve cumprir com suas responsabilidades, com as ordens que lhe são passadas pelo general Bento Gonçalves da Silva. Também Filhinho sabe que o pai, que não gosta de tomar decisões, não negaria nada ao General Bento Gonçalves.

A preocupação toma conta dos membros da família: Chicão não sai do quarto e se embriaga com vinho, recusando até a comida. A passagem revela mais um aspecto sobre a personalidade de Chicão: sua incapacidade de assumir responsabilidades, pelo que não espanta que o filho também tenha essa dificuldade. A mulher, D. Clarinda, reza. Sabe que nada mais pode fazer, pois as mulheres não são consultadas para as decisões: cabe ao marido resolver os problemas familiares. D. Clarinda então faz aquilo a que foi educada a fazer, respeitar a decisão do marido e pedir a proteção divina para seu filho.

Laurita, como de praxe, maternalmente acolhe o irmão, no desejo de protegê-lo e, ao mesmo tempo, confortá-lo. Sente que sua condição de subordinada, já que nascera mulher, anula-se no momento em que o irmão procura suas carícias, pois é maneira de colocar-se em posição de superioridade em relação ao sexo masculino. Denuncia ainda, que a ida do irmão para a revolução é uma troca de interesses, motivada por interesses materiais de seu pai.

O jovem percebe que está prestes a ser trocado por cavalos, e revela sua indignação a Sia Dona a quem procura em uma noite. Movido por um sentimento de medo e preocupação, é incapaz de consumir o ato sexual. Em vez disso, comporta-se estranhamente, como a moça relata depois:

- Quando ele vinha assim, por cima de mim, ficou me olhando de um jeito que nunca vi, tava com os olhos encarnados, com uns risquinhos no branco do olho, parecia que tinha ficado com raiva de mim. Se levantou, foi até a janela, pegou um galho de jasmineiro, um galho bem fino e tirou todas as folhas, deixando o galho feito vara, começou a zunir no ar, zipt! zipt! zipt! Dado momento perguntou se um dia já fui trocada por cavalo⁸⁶.

Durante o tempo que o coronel Chicão resolve o destino de Filhinho, a casa dos Paiva na estância de Santa Flora é tomada por um grande silêncio. Laurita já antecipa a saudade que sentiria. Enquanto conversam, Filhinho se aproxima da irmã, procurando

⁸⁶ BRASIL, 1978, p. 25

proteção. Sente vontade de chorar e não imagina ficar longe dela, demonstrando assim fragilidade e o despreparo para enfrentar a guerra. Nesse momento, fica clara a dependência de Filinho, e a maneira afetiva com que os irmãos se relacionavam. Outro ponto refletido aqui é a capacidade da guerra de dissolver as relações familiares, pois retira o homem de casa e do convívio familiar.

A repentina volta do marido de Laurita, depois de cinco anos nos campos de batalha, provê ocasião para que alguém que já tem experiência pessoal da guerra testemunhe acerca do que realmente acontece no campo de batalha. Percebem-se diferentes reações familiares: Laurita, protetora como sempre, pede ao marido que não assuste o irmão com a descrição das cenas de terror; Bento, que não vê perspectiva imediata de ir para a guerra, se interessa pelos combates; Filhinho reage ao sofrimento das pessoas morrendo, e recua, procurando proteção no ombro da irmã.

A passagem também demonstra o desconhecimento da população quanto à Revolução Farroupilha, que já está no seu penúltimo ano quando os fatos iniciais do romance se desenvolvem. Mesmo famílias como as de Chicão, que vivem à sombra da guerra, quer porque fornecem homens para ela, quer porque respondem à convocação para a doação de animais, desconhecem quem é a favor de quem e contra quem guerreiam, como demonstra a pergunta de Bento sobre o uso do lenço vermelho. É preciso que Diogo vá à guerra para se habilitar a informar que o uso é restrito aos maragatos; quando o jovem cunhado lhe pergunta quem são esses últimos, a resposta é mais de molde passional do que informativa: “inimigos dos caramurus, esses desgraçados”. Bento continua ignorando quem são e o que fazem esses “maragatos, republicanos,” “caramurus, desgraçados”.⁸⁷

Ao encontrar uns papéis trazidos por Diogo, Filhinho revela desconhecer que o Cruzeiro do Sul é um jornal, demonstrando toda a sua ignorância: o jovem que não tem o mínimo de conhecimento sobre aquilo que está acontecendo na República:

- Um jornal, guri, nunca ouviu falar num jornal? – Diogo bate as mãos nas coxas, suspirando: mas é um ignorante, esse Filhinho! Já se vê, nunca saiu dos cueiros. Vosmecê não mandou dar-lhe instrução?
- De vez em quando vem aqui o Padre Francisco Antônio, mas acho que o Filhinho não é muito bom da cabeça.
- Pois se soubesse do que está ocorrendo na República não ficava aí, agarrado nas saias, e ia lutar.⁸⁸

⁸⁷ BRASIL, 1978, p. 29.

⁸⁸ BRASIL, 1978, p. 30.

Percebem-se diferentes reações dos familiares sobre a ida de Filhinho para a guerra. Para o pai, Coronel Chicão, ir para a guerra é uma atribuição normal na vida de um homem e, como já havia acontecido com ele em outros tempos, espera que agora Filhinho também consiga lucrar com a revolução, o que ajudaria nos problemas financeiros da estância de Santa Flora. Resume: “os homens tem de ir pra guerra. É como casar”.⁸⁹ O cunhado, que não tem simpatia por Filhinho, é a favor do engajamento. Laurita protege o irmão, demonstra-se contrária à ideia, mas essa posição também pode ser atribuída à experiência de afastamento que experimenta quando o marido, Diogo, vai para os campos de batalha.

Filhinho, que sabe que vai estar pessoalmente envolvido na guerra, pois vai incorporar nos republicanos, procura se informar, buscando orientações antes de partir. Visita o padre, que lê para ele notícias da guerra, mas as dúvidas só aumentam, pois tudo é muito confuso: qual é o motivo? O que são republicanos, o que defendem os caramurus e os maragatos? O padre desiste de explicar, ratifica a decisão do coronel Chicão se decidiu que tem que ir para a guerra, isso é o que importa de fato.

Filhinho não consegue dormir, preocupado com a sua ida para a guerra. Levanta, para buscar uma garrafa de vinho. Ouve uma discussão entre Laurita e Diogo, percebe que o cunhado rejeita a mulher, já está acostumado a ser servido pelas mulheres da vida nos campos de batalha. Tinha sofrido um processo de desumanização provocado pela guerra. Tomado de raiva ante a reação do cunhado, que lhe bate, Diogo procura o major Firmino para adiantar a ida de Filhinho para a guerra; contudo, o jovem mesmo resolve não esperar vir ser buscado, e antecipa sua ida.

Sua primeira visão é a de um soldado mal vestido, montado em um cavalo magro - um autêntico Farrapo, reflexo dos longos anos de guerra, que agora se aproxima do seu fim. Filhinho é recebido pelo soldado Cássio Andrade, que lhe revela que ser soldado não é bom, é comum ter alguém com febre ou doente.

Um fato significativo é que, pela primeira vez, o filho do coronel Chicão é tratado como José e não como Filhinho. A proteção familiar já não existe mais, o Filhinho mimado e protegido pela irmã está dando lugar ao soldado José, que a partir daquele momento não teria mais as regalias oferecidas pela família. Inicia-se naquele momento uma nova fase na vida de Filhinho - agora o soldado José - em que o principal desafio é a sobrevivência. O apelido é definitivamente sepultado quando é apresentado pelo cabo

⁸⁹ BRASIL, 1978, p. 30.

Meireles ao major Firmino. Enquanto caminham, Filhinho diz ao cabo que se chama José Henrique de Paiva e nega que tenha apelido. Está matando aquele homem que saiu da estância de Santa Flora, e dá lugar ao soldado que deve defender os interesses da Revolução Farroupilha.

A presença do rapaz nas tropas empolga o major Firmino, que confirma o sucesso de sua negociação. Por outro lado, o jovem se surpreende com a reação dos oficiais quando o major pronuncia o nome de seu pai. Riem, o que parece a José Henrique contraditório, já que na fazenda, ao buscar cavalos, tratam o estancieiro como grande amigo, mas agora este é fonte de riso.

A chegada de mais alguns soldados ao acampamento causa novo choque em José, que se espanta, pois todos são magros e com aparência cansada, parecendo desanimados. Quando questionados sobre a marcha, dizem, indiferentes, que continua na mesma, sem mudanças. Outro fator negativo é a falta de comunicação dos soldados com a família. Cássio revela que um daqueles soldados era bom nas letras e passava as noites escrevendo para a mulher, porém as cartas nunca saiam das algibeiras, inclusive as que havia escrito para Cássio.

A desagregação familiar mais uma vez se faz presente na narrativa. Cássio também se vangloria de não ser casado, pois assim não tinha mulher e filhos para se preocupar e, além disso, sua noiva Bernarda havia se casado com um estancieiro que enviara um escravo para a guerra em seu lugar. Essa atitude mostra que o gaúcho não é herói corajoso, que ama seu estado acima de tudo, a ponto de arriscar a própria vida. Mostra também que a Revolução Farroupilha é vista como um grande negócio, onde acontecem trocas de interesses, e só vão para os campos de batalha aqueles que não têm como mandar outros ou então ceder os animais usados nas batalhas.

Logo José Henrique sente fome. Recebe comida de Cássio, e percebe a precariedade do acampamento, e também a condição desumana em que vivem os soldados, já esgotados pelos longos anos de combate:

Agora comendo a rama, sentindo que às vezes não se desmancha e sim se quebra e esfarela na boca, percorre os rostos dos outros soldados. O mais velho de todos é um de barba ouriçada, cabelo escovinha; vagarosamente corta a canivete um pedaço de pau. Assobia uma toada de igreja, monótona, sempre repetida. Não tem mais uniforme, veste uma camisa aberta ao peito, enfiada para dentro de uma bombacha evidenciadora de que certa vez fora mais gordo. A cara é mesmo muito chupada, e uma cicatriz, na face

esquerda, sai do canto do olho e adentra a barba, fazendo como que um caminho no meio dos pelos.⁹⁰

Os diversos soldados com quem entra em contato tipificam combatentes com diversas personalidades e interesses. Há o João Inácio, que gosta de escrever cartas em um caderno, e um combatente mais velho, chamado Melitão, que parece estar desanimado, sem esperanças. Nove anos já se passaram e com certeza o velho soldado já passou fome, frio, sono.

Melitão despertava curiosidade em Filhinho, pois sempre tem resposta, mas seu olhar parece esconder grandes ideias, lembranças de dias que se foram durante os nove anos que esteve na guerra. A companhia de Cássio é mais agradável. É mais jovem, quer aproveitar o momento, não passa a impressão de que tudo está perdido. Já Melitão revela no olhar e na aparência o desgaste ocasionado pelo campo de batalha e, principalmente, a frustração dos sonhos não realizados. É evidente o seu endurecimento proporcionado pela guerra, que ao poucos, e com o passar dos anos, vai matando as esperanças das pessoas

A maneira com que os soldados são acordados, com empurrões, pontas-pé e gritos de xingamento não agrada José Henrique e nem ao velho Melitão, que considera que a guerra está perdida e que mandar um jovem como Filhinho para os campos de batalha é absurdo, pois pode ficar mutilado ou até mesmo morto. Melitão, desencantado com a guerra, já não espera mais nada da vida.

Essa maneira pela qual o romance aborda a Revolução Farroupilha a desmitifica. Ao invés de contemplar a Revolução como grande acontecimento histórico, onde lutaram grandes heróis que conquistaram grandes vitórias, mostra as armas usadas pelos revolucionários, as roupas, que estavam em péssimo estado, os dormitórios ao relento e os soldados de pés descalços. Além disso, a diferença entre oficiais e soldados fica bem patente:

- ... Escuta, não é melhor a gente dormir? Amanhã se acorda cedo, se não chover.
- Por que, se não chover?
- Porque se piorar o tempo a gente acorda com a chuva na cara antes que amanheça.
- Mas não se vai dormir na barraca?
- Que barraca me hablas?
- E não tem?
- Nos? Só sargento e oficial.⁹¹

⁹⁰ BRASIL, 1978, p. 47.

⁹¹ BRASIL, 1978, p. 49.

Cássio precisa se esconder para poder assar e comer um pedaço de carne. É verdade que o compartilha com José Henrique, mas explica-lhe que se tivesse ficado ali seria muita gente para repartir: todos continuariam com fome e, assim, pelo menos dois poderiam se satisfazer. Percebe-se aqui a necessidade que os soldados têm de uma boa alimentação, a fome quase que suprime totalmente os sentimentos de generosidade e fraternidade, tornando os soldados mesquinhos.

O filho do coronel Chicão confessa a Cássio que não sabe manusear uma arma nem lança e que não consegue se imaginar em combate, tendo que matar outras pessoas. Como Cássio explica, aprender a lutar é questão de sobrevivência, e quando se deparar com situação de perigo diante dos caramurus vai aprender a manusear as armas, pois terá que matar para não morrer. Essa naturalidade com que Cássio fala da morte revela já um certo endurecimento de sua parte: a guerra parece que vai eliminando seus sentimentos. José Henrique, que nunca se vira em batalha, é ainda incapaz de entender como um ser humano pode matar a outro, pois todos são gente, todos iguais.

Os soldados recebem a ordem de alinhamento, devem se apresentar a seus superiores. José Henrique não entende direito o que está acontecendo, mas logo dão-lhe o número 38. Seu desconhecimento sobre a guerra fica mais uma vez evidenciado quando, surpreso, pergunta ao superior qual seria a necessidade do número recebido de um soldado que estava prestes a morrer. Quando lhe perguntam a quem devem avisar em caso de sua morte, presentifica-se para ele a realidade da morte - morrer é possível na guerra, mas falar assim da morte com tamanha naturalidade parecia-lhe “agouro de corvo em animal pesteadado”.⁹² A partir desse momento percebe-se a metáfora do título começando a se desenrolar

Os treinamentos do novo soldado com as armas de fogo continuam e, para sua surpresa, o cabo Meireles, que parecia ser mal humorado e de pouca conversa, é quem o estimula e lhe ensina a atirar com armas de fogo. Ao ser desafiado pelo cabo a dar um tiro em uma casa de João de barro, o jovem recusa, mas não se nega em atirar em pedras. A negativa mostra sua sensibilidade: ainda não havia sido transformado pela guerra. Quando o cabo enfatiza que quer vê-lo atirando em um caramuru, o jovem continua sem entender por que deve matar os caramurus, pois só o que sabe é que são uns desgraçados, mas continua sem saber o que os torna desgraçados.

⁹² BRASIL, 1978, p. 54.

Os republicanos mantêm alguns prisioneiros de guerra. José Henrique sempre imagina que os caramurus são pessoas diferentes até mesmo no jeito de falarem, mas se decepciona ao perceber o contrário e surpreende-se quando um dos soldados caramurus, prisioneiro, puxa conversa com ele. Percebe que são iguais e que não deve ser fácil para aquele homem estar ali longe dos companheiros, acorrentado, recebendo ordens de qualquer um. Com certeza também tem uma irmã que o espera em casa. Contudo, quando encontra com o velho Melitão, ouve mais uma vez que os caramurus são desgraçados e que não deve ter amizade com eles.

Armas são distribuídas para os soldados, e José Henrique recebe uma lança enferrujada e uma pistola que, Melitão acredita, não atira mais, ou não tem pólvora. Melhor seria fazer uso da adaga. Melitão ainda lembra o início da revolução, quando não faltava pólvora e brigar era até uma festa; no final a comemoração era passar a noite com as mulheres.

É quando o jovem se fere na mão ao cumprir ordens dos comandantes para desenterrar um canhão, que, num diálogo com os superiores, revela-se que seu pai, o coronel Chicão, ficou rico na guerra da Cisplatina, pois era muito astuto e a guerra dava muito dinheiro a quem sabia se aproveitar dela e sair na hora certa quando estava com as algibeiras forradas de dinheiro. Porém isso não é uma condição ofertada a qualquer um, pois só podem se aproveitar da situação para ganhar dinheiro aqueles que estavam no comando e recebem as ofertas, sendo que a estes também cabe a decisão de quando sair da guerra. Reitera-se, assim, a sugestão de que a guerra é um negócio que convém aos ricos e às lideranças.

A comitiva levanta acampamento, vão agora para outro lugar. Durante a viagem se percebe uma grande indisciplina. Os soldados não obedecem aos comandos dos mais velhos e quando chegam a um córrego de água entram para se banhar quando deveriam somente dar de beber aos cavalos, para não atrasar a viagem. À noite Filhinho sente fome, mas a ordem é de agüentar até o dia seguinte. Essas situações revelam que a realidade da Revolução não é nada fácil, ordeira ou garbosa.

Cássio consegue uma adaga para Filhinho, pois desconfiam que estejam em terras inimigas e sabem que podem entrar em combate a qualquer instante. A previsão dos soldados se confirma. Em pouco tempo, os caramurus chegam e começa um violento confronto com os republicanos. Essa é a primeira batalha de José Henrique, que fica perdido no meio dos tiros e da poeira e mata dois soldados: um negro, que grita na sua frente “Viva o imperador”, e um índio.

Enquanto Filhinho vive tanto provocado pela diferença de realidade com a qual se depara ao sair de casa, na estância de Santa Flora tudo acontece com normalidade. A indignação com a revolução aumenta, pois o coronel Chicão não se conforma com os prejuízos que teve para ajudar o Bambaqueré em uma revolução que para ele não vai levar a nada. Também não participa das reuniões de estancieiros, que avaliam se vale à pena ou não seguir com as lutas. Quem decide o fim ou a continuação da guerra é a classe dominante, pois tudo gira em torno de interesses particulares. O tenente Diogo Ferraz, marido de Laurita, que luta na Revolução do lado dos republicanos, agora muda de lado, tentado por uma proposta de 20 mil réis. Isso indigna a esposa, porque Filhinho está lutando de um lado e Diogo fazendo política do outro, além do que ele também já havia defendido os ideais farroupilhas. Além dessa virada política, pesa a falta de consideração com que Diogo a trata depois que vem da guerra. Demonstra-se, assim, total transformação, pois no início ele ainda mandava cartas para a esposa, que eram lidas pelo padre, mas com o tempo estas passam a se tornar mais raras e menos extensas, até que se extinguem totalmente. Esse comportamento de Diogo revela que muitas vezes o dinheiro fala mais alto que o amor pela pátria ou os interesses da Revolução.

A solidão faz Laurita pensar como conheceu Diogo, como era diferente, lembra do colar que recebeu de presente quando ele era seu noivo. Diante do comportamento de esposo e do último desentendimento com seu pai, pede que vá embora de Santa Flora. Outra vez está presente a maneira impiedosa com que a guerra afeta até mesmo o recesso dos lares.

No campo de batalha, depois do confronto, José Henrique revira os corpos. Enquanto isso Cássio faz as contas: um total de seis mortos, três feridos e cinco presos, uma grande perda para os caramurus. O filho de Chicão quer sair dali. Não entende por que não enterram os corpos e como conseguem dormir no meio deles. Todos estão abalados com o número grande de mortos, mas Cássio parece achar tudo normal e considera importante o fato de ainda estar vivo. Diz ainda que a morte é a mesma, para homens e para animas, e que o ato de matar uma formiga é igual a matar um homem. A guerra aqui está surtindo seu efeito de embrutecimento sobre Cássio.

O contraste entre Filhinho e Cássio fica evidente com a aproximação do velho Melitão, que desperta no jovem soldado uma vontade de abraçá-lo. Confessa-lhe sentir medo; ainda tem sentimentos próprios de um ser humano, enquanto Cássio já está mais

animalizado, achando normal aquele cenário de morte e destruição. Melitão consola Filhinho dizendo que esse medo se perde com o tempo.

Os soldados conversam sobre o fim da guerra e demonstram vontade de que tudo acabe para voltarem para suas casas, mas isso depende dos oficiais que sabem que situação não anda boa: a cada confronto morrem mais ou menos duzentos homens. Estão perdendo colônias e aldeias para os legalistas, mas a eles interessam apenas os combates. Já mataram muito e têm grande sorte em ainda estarem vivos:

- Numa luta acontece de tudo. Começa que o soldado não sabe nunca o que está se passando, só vê na frente o fogo, os estouros, a polvadeira, os gritos. E também o sangue. Essa história de manobra para aqui, para ali, não é pra nós. Depois de todos esses anos ainda não entendi nem mais ou menos o que se passa numa ocasião dessas.⁹³

As atrocidades da guerra começam a fazer efeito em José Henrique, que pensa no índio que matou em combate com uma lança. Ao mesmo tempo se conforma com a ideia, pois quem não quisesse morrer não deveria estar ali; também se conforma com a situação dos prisioneiros, que são obrigados a realizar o trabalho pesado, mas pelo menos estão vivos. Pior era a situação do índio que matou, que já está debaixo da terra. O cenário é calamitoso, os corvos voam cada vez mais baixo e o número de aves aumenta muito. Por outro lado, a maneira como José Henrique é tratado por parte dos comandantes melhora depois que descobrem que ele matou um caramuru.

Em uma das muitas paradas que os soldados fazem durante a guerra, chegam à estância do coronel Gamacho, homem muito rico, que recebe com festas os farroupilhas. Durante a noite José Henrique, que busca uma vela para iluminar o galpão onde dormem, para melhor cuidar da saúde de Melitão, encontra a filha do anfitrião, casada com Cândido, soldado republicano que, segundo ela, serve nas tropas de Bento Gonçalves. A mulher diz se chamar Esperança, de tanto esperar a volta do marido, que todos dizem que está morto.

Apesar de transtornada, a mulher conta que o pai, que recebe os farroupilhas com festa, também negocia com os imperiais, com o objetivo de enriquecer. Ao observar os corvos, Esperança diz que seu pai é um deles, pois vive da morte dos outros. Não quer que a guerra acabe, para que continue adquirindo terras. Mais uma vez o romance mostra que a guerra é de interesse de alguns, que obtêm lucros com ela. Mesmo que a

⁹³ BRASIL, 1978, p. 96.

guerra seja a responsável por abalar a saúde mental da filha, o coronel Gamacho deseja seu prolongamento, para com isso ganhar mais dinheiro.

Outro olhar sobre a revolução é apresentado, onde a nobreza da causa é desmitificada atingindo os grandes líderes, entre eles o General Bento Gonçalves, que se revela um tirano odiado por seus seguidores:

É o Bambaqueré, o verdadeiro azar da revolução, com o bando de mazoqueiro levando adiante esse capricho. A dignidade, a dignidade, brama Chicão, onde está? Então o Bento não sabe que já deu com os burros nágua? Não é herói quem manda os outros morrerem nas coxilhas, sabendo que o caso não tem mais volta.

- Não é cristão isso tudo coronel.

- Se é cristão ou não, isso não sei, o fato é que tudo mudou, nesta Província: o soldado passou a general, o padre passou a deputado, o bandido virou santo, o pobre agora é rico. E daqui a alguns anos serão gente honesta e decente, os filhos e netos mal sabendo que estão pisando no sangue de muito soldado. Tudo entortou, tudo virou, tudo merece só um arrote. – E larga-o sonoro.⁹⁴

Se as pessoas das estâncias não acreditam nos heróis da Revolução, esse sentimento também se estende para os ideais da Guerra dos Farrapos. Laurita até acredita que ela nunca aconteceu de fato, o que houve foram umas brigas isoladas e tropas que se perseguiam pelos campos.

O romance inverte o modelo heróico estabelecido pelo discurso da classe proprietária, que tem em Bento Gonçalves a figura mais ilustre. Em *A Prole do Corvo* o comandante é apresentado como uma pessoa normal, com necessidades, vontades e defeitos - enfim, uma figura bem inversa daquela proposta pelo discurso da história e também pelos *Contos Gauchescos*:

Bambaqueré está comendo bolachas, à porta da barraca; tira-as de um caixote revestido de folha de zinco, entremeia um sorvo de mate. Por vezes a bolacha é tão dura que tem de quebrá-la com o punho do sabre. Junta os pedaços e enfia-os na boca, mastigando miudinho. Limpa o farelo das mãos e entra na barraca, Filhinho vê a bota de verniz sumir-se na abertura. Depois de um tempo, volta com um urinol na mão e despeja-o olhando para os lados. Um capitão bate continência e começa a mostrar um mapa. Bambá prontamente se interessa, pergunta coisas, aponta no mapa. O poncho de lã grossa, cinza e branco, desce até quase o tornozelo; está embarrado, tem muitos rasgões na altura do ombro.⁹⁵

⁹⁴ BRASIL, 1978, p. 118.

⁹⁵ BRASIL, 1978, p. 121

Pode-se perceber que José Henrique observa o líder. Bambaqueré come bolachas e não churrasco, que é o prato preferido dos gaúchos; as bolachas são de má qualidade, pois devem ser velhas. Bento Gonçalves não consegue nem quebrá-las com os dentes. As roupas do líder estão sujas. Ao observar o líder nesse estado, José tem que mais uma vez coloca em julgamento a importância da Revolução Farroupilha. Bento Gonçalves está numa posição um pouco melhor que a dele, simples soldado, pois apesar de sujo e de comer bolachas duras, ainda calça uma bota de verniz e deve estar com os pés quentes, enquanto ele está com as botas furadas, e os pés sujos de lama e gelados.

Cássio ainda conta que Bento foi até o acampamento dos caramurus para conversar com Caxias, o que causa espanto, pois se os soldados encontram um inimigo precisam matá-lo, contanto os comandantes de exércitos opostos podem ir ao acampamento um do outro e conversar normalmente. Na verdade, os comandantes adversários estão em tratativas para o fim da guerra, e com certeza discutem seus interesses particulares.

Conversando com João Inácio, seu companheiro de armas, José Henrique demonstra a sua cansaço com a guerra, a preocupação com a família e com a aparência. O discurso de que os soldados são heróis, valentes, fortes e gostam das batalhas confunde-o, e chega a pensar que não é homem:

- Não sei, acho que não faço as coisas de homem. Eu tenho frio, e fome, e meus pés eu gostava que estivessem limpos e dentro das minhas botas que estão no baú em Santa Flora. E estou sentindo, matei o índio, não me conformo. Já imaginou, João Inácio, se ele tem uma irmã, que está esperando ele, olhando todo dia pra cima da coxilha, com vontade que ele apareça a cavalo?⁹⁶

Isso revela que ainda é dotado de sensibilidade, e matar é algo que o revolta e entristece. O soldado José Paiva conserva ainda em si o Filhinho, e mais uma vez demonstra grande fragilidade e que não tem o perfil adequado para estar em uma revolução. Esse fato é também uma denúncia da maneira errada com que estes soldados são recrutados para os campos de batalhas.

A essa altura, os mantimentos ficam escassos, as tropas chegam às aldeias e vão atrás de comida. Certa feita invadem a casa de um simpatizante dos caramurus, que nega farinha aos soldados farroupilhas e é impiedosamente morto por Cássio, mesmo com os avisos de que o general não quer que a população civil seja maltratada. Cássio

⁹⁶ BRASIL, 1978, p. 123.

ainda vai atrás da dona da casa e a estupra mesmo estando grávida; não liga às súplicas de José Henrique para que a deixe em paz. Antes de morrer, o homem ferido fatalmente chama Cássio de corvo. José Henrique assiste à perversidade, mas nada faz para impedi-lo, e se culpa por causa disso. Nesse momento Cássio não age como ser humano, parece mais um animal, que mata pelo alimento e para satisfazer suas vontades sexuais. O processo de animalização que os soldados sofrem ao longo da guerra está atingindo o auge em Cássio.

A revolução impõe a Filhinho constantes conflitos ou com as tropas inimigas ou consigo mesmo. Isso o leva a procurar na amizade com Cássio segurança, mas com o tempo percebe que o amigo é uma pessoa sem caráter, capaz de cometer as maiores atrocidades para se satisfazer. Essa percepção sobre o caráter de Cássio revela que José Henrique ainda não foi brutalizado pela guerra.

Na estância Santa Flora o coronel Chicão, pai de Filhinho, morre depois de uma súbita revolta contra os farroupilhas, momento em que manda tirar da parede o quadro do General Bento Gonçalves. Na hora da morte, tem coragem para romper com o líder da revolução, revelando nesse momento a descrença no general. Laurita manda chamar o padre, que aprova a atitude de tirar o retrato da parede, pois muitas pessoas importantes da cidade, agora imperialistas, iriam ao velório e não seria bom para a família que continuassem sustentando a imagem de Farroupilhas.

Durante o velório os estancieiros conversam sobre o fim da guerra. Reclamam da situação: os dois lados já estão saqueando as fazendas e prometendo recompensas que nunca virão. Lamentam que o cenário tenha mudado, pois no início a guerra era boa, muitos enriqueceram, mas agora estavam empobrecendo devido aos saques que sofrem por parte das tropas. A conversa sobre política se estende e chega às constituições, tanto a do império como a da república, que determina que os eleitos deveriam ter uma quantia determinada de dinheiro. Os dois lados são compostos por estancieiros, bacharéis, grandes comerciantes e padres; nesse momento os estancieiros comentam que a guerra chegou num ponto em que já está sendo inútil, pois todo mundo, tanto os farroupilhas como os legalistas estão tendo prejuízos.

Depois do enterro uma grande insegurança toma conta de Laurita. Apesar de ter dito que tudo continuaria normal na estância, tinha medo de que os empregados e os animais não mais lhe obedecessem; pensa também no irmão, que desconhece a morte do pai.

Já nos últimos momentos da guerra, incorpora nas tropas farroupilhas o jovem Floriano, cujo comportamento lembra o de Filhinho ao início. O jovem tem as mesmas dúvidas e os mesmos medos apresentados por aquele; também não sabe o motivo da revolução, nem quem são os maragatos e os caramurus, e ainda encontra em Cássio o modelo de soldado. A entrada de Floriano serve para mostrar as transformações que a guerra faz nos homens, que no começo são movidos por um sentimento de respeito pelo outro, mas com o passar do tempo pensam somente em si. Isso acontece quando já não valorizam mais a vida do próximo e matam por nada, sem pensar nas conseqüências ou na dor que essas atitudes podem causar em outras pessoas.

Quando outra estância é saqueada pelos farroupilhas, o casal é morto na cama onde dormia, e José Henrique entra no quarto da filha. Lembra de Cássio e da mulher grávida, mas age igual com a moça, que grita em vão. É tomado por uma fúria incontrolável, parece transtornado. Falta com o respeito para com um cabo que manda prende-lo junto com os caramurus. Um dos prisioneiros que se encontra ali desde a entrada do Filhinho nas tropas chama a atenção do farroupilha para a sua transformação. Lembra de como ele era no início e até que conversou com um caramuru, dando-lhe cigarro. Também lembra que no início Filhinho tenta imitar os mais velhos nas atitudes, mas que sempre tem medo de estar fazendo algo errado, e que esse comportamento é normal em todos os soldados novos, que depois vão ficando distantes e quase que irracionais isso porque “- a guerra muda as criaturas”.⁹⁷ Mostra-se, assim, todo o processo de animalização do ser humano na guerra, desde o ingresso com bastante reservas e respeito ao outro, e como esse sentimento vai mudando até chegar no ponto máximo: pouco ou nada resta agora de Filhinho.

Os comandantes farrapos querem atacar Água Clara, onde fica a estância de Santa Flora. Cássio é quem descobre o plano e o revela para os demais soldados, o que causa espanto e medo em José Henrique. Esperam todos um grande combate, porque a câmara se declara legalista e não se entrega com facilidade. O plano é atacar durante a noite para pegar a todos de surpresa. O ataque resulta em um grande número de mortos. O filho de Chicão encontra o padre, com quem conversa pouco, pois precisa puxar os mortos para a igreja. Nesse momento, a revolução está já acabando, inúteis foram aquelas mortes.

⁹⁷ BRASIL, 1978, p. 164.

José Henrique, em seguida, vai para a Santa Flora, onde é recebido pelos irmãos, Bento e Laurita. Esta última o recebe pela mão e o leva até seu quarto, e o coloca para dormir como fazia sempre, antes que fosse para a guerra. Nesse momento percebe-se que o soldado José é recebido novamente como Filhinho, pois assim deseja Laurita, que ele volte a ser dependente, o que provavelmente não acontecerá, pois a sua ingenuidade já foi transformada pela realidade da guerra.

A Prole do Corvo revela o outro lado da história da Revolução Farroupilha, mostra no mínimo para o leitor duas realidades diferentes daquela revelada pela história. Em primeiro lugar, o romance mostra como viviam e quem eram os grandes comandantes e como estes comandavam as batalhas e recrutavam soldados para suas tropas. A narrativa de Assis Brasil também mostra, através do personagem ficcional Filhinho, a visão do soldado raso, revelando que todo aquele “patriotismo” rio-grandense enaltecido pela história pode ser contestado, pois a personagem não escolhe ir para a guerra, mas sim é obrigado e nem sabe o motivo que o leva a guerrear.

O romance *A Prole do Corvo* embasa seu enredo na Revolução Farroupilha. É através de Filhinho que se pode fazer uma análise da guerra onde se morria por nada, sem motivos, sem saber o porquê. Os recrutas eram enviados para as batalhas sem treinamento, sem roupas adequadas e principalmente sem a noção básica de que em uma guerra se mata ou se morre. Filhinho perde a proteção familiar e conhece a difícil realidade, que lhe impõe grandes dificuldades e privações.

A ação da narrativa na obra *A Prole do Corvo* acontece em dois espaços, na fazenda Santa Flora, onde vivem Filhinho e sua família, e também nos campos de batalha. Nesse segundo espaço é que ocorre a desmitificação do herói, pois as batalhas mostram muito mais a preservação da vida do que gestos de bravura. A guerra, portanto, aparece na sua face mais cruel, porque além do sacrifício humano dos combatentes e da exploração das propriedades não permite nenhum tipo de elevação humana. Pelo contrário, homens tornam-se corvos, vivendo da morte e destruição.

A Prole do Corvo é um romance que apresenta personagens que vivem vidas desprovidas de bravura, revelando as limitações de fome, frio, sono, medo, que a condição humana impõe a cada um. A visão e a fala das personagens estão voltadas para o fim da revolução, mas é uma visão sem fantasias. Nesse ponto é que pode-se aproximar o romance de Assis Brasil com a “história vista de baixo”, pois aqui não foi retratada a visão do grande comandante, mas sim o ponto de vista do soldado raso que viveu e sofreu a animalização da guerra.

Diante de tudo isso, percebe-se uma ficcionalização da história. Primeiramente a revelação de que não é bom ser soldado, feita por um soldado, contraria o discurso de que os gaúchos se orgulham de defender sua pátria. Depois, a aparência debilitada dos soldados não faz jus ao discurso de que o gaúcho é sempre forte e alto. Por fim, a falta de comunicação com a família dimensiona ainda mais o descaso e desamparo do soldado que está nos campos de batalha.

A convivência de Filhinho com seus companheiros de arma revela as diferentes fases que os soldados vivem dentro do campo de batalha. O desânimo de Melitão, que já não acredita nos ideais da guerra e nem na vida, a esperança de João Inácio, o escritor dos fatos, a transformação de Cássio, que é artilheiro e engana os próprios companheiros pelos seus interesses, e com naturalidade a lidar com a morte, até chegar ao extremo de matar e estuprar uma grávida como um animal.

São etapas que mostram progressiva brutalização e desencanto. A própria mudança de Filhinho, tanto física como de comportamento, e a chegada de Floriano, que o faz lembrar de si mesmo, e a antecipar que seria o próximo a passar por todos os estágios até chegar ao estado de Melitão, de descrença e solidão, ajudam a dimensionar esses estágios por que passam os soldados. Com isso, percebe-se que a visão heróica da Revolução é desmitificada por Assis Brasil, que revela em *A Prole do Corvo* o jogo de interesses que compunha a Revolução Farroupilha.

A obra opera simultaneamente a atividade de reconstruir o cenário histórico da Revolução Farroupilha e desperta no leitor uma visão crítica e reflexiva sobre os fatos e os personagens heróicos produzidos pela história. Assim, como diz Saramago, “explode certezas” no leitor. O romance consegue esse objetivo retratando um cenário onde a guerra consome as pessoas, obrigando-as a realizarem atitudes que, talvez, em uma situação normal, não cometeriam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Saramago, o romancista que escolhe para as suas ficções os caminhos da história terá duas atitudes possíveis. A primeira é discreta e respeitosa, e consiste em reproduzir os fatos conhecidos da história de maneira cuidadosa, fiel e inatacável. A segunda é mais ousada: nela o tecido ficcional predominará sobre os fatos históricos. Tanto Simões Lopes Neto como Assis Brasil seguiram o segundo caminho.

À primeira vista, pode parecer que Simões Lopes Neto reproduz fielmente a história gaúcha, mas no decorrer dos contos fica cada vez mais evidente que, apesar de muitas vezes o autor se referir a fatos e personagens históricos, não apresenta a preocupação em reproduzi-los fielmente. Pelo contrário, sua narrativa é recheada de ficcionalidade. Prova disso é que transforma, muitas vezes, o gaúcho farroupilha em um herói. É verdade que ao fazer isso reinscreve a visão mitificada da revolução, mas note-se que ao mesmo tempo que o faz, sutilmente distancia os fatos que narra da realidade corrente do narrador, o agora já velho paisano Blau.

Em Assis Brasil fica mais evidente ainda a escolha pelo segundo caminho, pois ao invés de mostrar a revolução como um grande acontecimento promovido pelos grandes heróis, o romance narra os fatos na visão de personagem desprovido das grandes qualidades que a historiografia tradicional atribui ao gaúcho farroupilha. Filhinho, filho de um estancieiro, não tem vontade nem coragem para ir à guerra.

Contos gauchescos também apresenta essa fusão entre a história cotidiana e a guerra. A diferença para o romance de Assis Brasil é que em vez de apresentar uma experiência desmitificadora, os contos trazem um gaúcho farroupilha repleto de qualidades: heróico, sempre leal, humano, ativo.

Uma das funções da ficção, misturada à história, é libertar retrospectivamente certas possibilidades não efetuadas do passado histórico, ao tornar o quase-passado da ficção detector dos possíveis ocultos no passado efetivo. Dessa forma, o que “teria podido acontecer” (o verossímil de Aristóteles) recobre tanto as potencialidades do passado real como os irreais da pura ficção. Num raciocínio semelhante, Saramago descreve a tarefa do romancista como a de “substituir o que foi pelo que poderia ter

sido”, produzindo uma estabilidade que leva a explodir certezas. Nos textos ficcionais analisados se verifica esse enriquecimento, pois tanto nos *Contos Gauchescos* quanto em *A Prole do Corvo* se tem a plena sensação de que as histórias narradas privilegiam o “ter sido”, trazendo um emaranhado de acontecimentos que de fato poderiam ter acontecido na revolução. Traições, conchavos, romances vêm à tona nos contos de Simões Lopes Neto; medos, conchavos, crueldade e dramas familiares avultam nas páginas de Assis Brasil. Em *A Prole do Corvo* o “ter sido” alcança também o desfecho da história, mostrando possíveis alianças, e a decepção que estas poderiam ter causado no gaúcho ingênuo, que acreditava em seus líderes e generais, e nos ideais por eles propalados. O romance, que não tem compromisso com a verdade, retrata uma visão que poderia “ter sido” verdade.

A nova história abre a possibilidade de uma síntese mais rica de compreensão histórica, pois funde a história cotidiana com as temáticas tradicionais da história. Percebe-se que ambos os ficcionistas adotam uma visão muito semelhante à da “nova história”, pois o que é valorizado são os feitos e opiniões daqueles que estão à margem da sociedade, dos que têm pouca importância, considerados pequenos para importar no curso da história. Uma forte relação com a “história vista de baixo” é facilmente notada no romance *A Prole do Corvo*, pois Filhinho, personagem principal, é uma pessoa comum. Nos *Contos Gauchescos*, também Blau Nunes é uma pessoa do povo. Não é um grande herói, pelo contrário, é um homem simples, um soldado raso que começa sua carreira militar como ordenança, sendo assim de pouca relevância se comparado a militares mais graduados. Mesmo assim, vivencia os fatos, participando diretamente dos acontecimentos, pelo que pode narrar com a autoridade da experiência.

Ginzburg comenta que o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa à visão de conjunto, mas o inverso também é verdadeiro: existem fenômenos que só podem ser apreendidos numa perspectiva macroscópica. Por essa razão, recomenda um continuo vaivém entre micro e macro história, entre *close-ups* e grandes planos gerais que levem à discussão a visão conjunta do processo histórico. Esse processo se manifesta nas obras quando Blau Nunes e Filhinho, personagens considerados pequenos, desenvolvem suas ações dentro do macro cenário da Revolução Farroupilha..

De acordo com Ricoeur, através do imaginário, faz-se uma transferência analogizante regida pela lógica do “como se”, na qual a imaginação se faz visionária, resgatando o passado que se teria visto ou testemunhado caso se houvesse estado ali. Nos *Cantos Gauchescos* de Simões Lopes Neto esse aprendizado de “ver como” atua

através das lembranças de Blau Nunes que, ao revelar suas memórias, resgata a história do Rio Grande do Sul. Dando ênfase ao passado militarizado do gaúcho contrabandista e defensor da fronteira, e, em especial à Revolução Farroupilha, o narrador dos contos mostra uma história recheada de bravuras e atos heróicos, que reforça a construção mitificada do gaúcho farroupilha. O aprendizado do “ver como” também é exercido por Assis Brasil através da recuperação do cotidiano dos soldados, dos fazendeiros explorados pelos comandantes revolucionários e daqueles que exploram a revolução, enriquecendo com ela. Assis Brasil também mostra que muitos soldados são obrigados a incorporar nos campos de batalha, sem mesmo saber qual é o motivo da guerra, não aparecendo nenhum voluntário, como nos *Contos Gauchescos*.

Como Ricoeur enfatiza, acontecimentos que uma comunidade histórica considera marcantes, porque neles vê uma origem ou redirecionamento, prestam-se à ficionalização da história. Tal é o caso da Revolução Farroupilha. Ficou marcada no imaginário do Rio Grande do Sul pelo propalado desejo separatista, que visava um novo direcionamento: a libertação do Rio Grande do poder central. Muito embora esse objetivo não tenha sido atingido, ainda assim a mitificação do herói farroupilha, propalada pela ideologia dominante, contribuiu para que a Revolução alimentasse o gosto celebrativo, que se dirige de preferência aos altos feitos de grandes homens históricos, pois há uma afinidade da comemoração reverenciosa com a história dos vencedores.

O que a epopéia fizera na dimensão do admirável, a vitimização faz na dimensão do horrível. É essa “epopéia negativa” que preserva a memória do sofrimento, assim como a epopéia e a história nos tempos primitivos transformaram a glória dos heróis em fama duradoura. Nos textos analisados encontram-se esse dois modelos de “epopéias”. Os *Contos gauchescos* registram os atos dos grandes comandantes, grandemente admirados e reverenciados pelo narrador, que não mantém dúvidas quanto a heroicidade do Anjo da Vitória e de Bento Gonçalves. Já o romance *A Prole do Corvo* relembra essa “epopéia negativa”, pois expõe sofrimento, morte, frio, dúvida, dor. As limitações e dúvidas de quem comanda são as mesmas de quem é comandado. Além disso, o romance focaliza a Revolução Farroupilha a partir da visão de um soldado raso, ou seja, não coloca os grandes heróis em evidência.

Para Mukarovsky, não importa tanto a relação entre a informação e a realidade a que se refere; mais relevante é a circunstância do artista apresentar algo como real ou fictício, e a medida e modo como o faz. Essas decisões são consideradas por

Mukarovsky como fazendo parte da estrutura da obra de arte; a tensão entre os valores extra-estéticos da obra e os valores vitais da coletividade concedem a ela a possibilidade de atuar sobre a relação entre o homem e a realidade, uma possibilidade é definida pelo teórico como sendo “o encargo próprio da arte”. Barthes também atribui valor à estrutura da narração, pensando que os fatos relatados funcionam como índices ou núcleos cuja própria sequência tem valor indicial, já impregnada de valor ideológico. Assim, se vê que as escolhas de um escritor não são gratuitas.

A forma de representação do gaúcho farroupilha está, sim, impregnada de valor ideológico. Verdade que de maneiras distintas, pois enquanto nos contos Simões Lopes Neto exalta o gaúcho farroupilha, Assis Brasil o transforma em prole de corvos. Com isso, viola o conceito que foi impregnado na coletividade sobre a Revolução Farroupilha, tida como um grande feito, uma luta justa e árdua para a defesa dos interesses do povo gaúcho, que estavam sendo violados por uma política de exploração aplicada pelo império. Além disso, *A prole do corvo* se refere aos grandes generais de forma pejorativa, e os retrata em sua humanidade, o que os coloca em igualdade com qualquer outro soldado. O grande general da revolução é chamado de Bambaqueré ou Bambá, com desdém e falta de respeito. Outro fator que descaracteriza a presença do mito no romance é a apresentação de Filhinho, um rapaz irresponsável, despreparado e totalmente ignorante sobre a guerra que se desenrolava a pouca distância da fazenda em que mora.

Ao trazer à tona um outro viés da Revolução, que rompe com o conceito coletivo, revelando o ponto de vista não dos grandes generais da guerra, dos grandes homens, mas os do pequeno soldado, do jovem desprovido de interesse e conhecimento da guerra, o autor certamente atinge a mente do leitor, provocando reflexões e nova visão sobre a guerra. Dessa forma, a representação do gaúcho farroupilha atinge a consciência coletiva, levando-a a repensar verdades longamente introjetadas.

Apesar de reinscrever o mito, Simões Lopes Neto coloca como grande herói de suas histórias um gaúcho de origens simples, que se iniciou no exército como ordenança, atingindo depois o cargo de furriel. É verdade que os grandes nomes da história do Rio Grande do Sul são sempre tratados com respeito e admiração. Blau Nunes sempre se refere aos grandes generais principalmente, a “seu” general Bento Gonçalves, como grande herói farroupilha, com qualidades e atos que o transformavam em mito. Se ido é o tempo dos campos abertos, em que reinava o gaúcho monarca dos pampas, Simões Lopes Netos centra-se no centauro dos pampas, visível tanto no gaúcho

que troteia nas fazendas, como no que monta em combate. Além disso, o gaúcho militar confunde-se com o civil: o mesmo Costinha que um dia está na fazenda, trocando juras de amor com Sia Talapa, atende o chamado da guerra em seguida. Por outro lado, se honesto, leal e altaneiro é o gaúcho que trabalha nas estâncias, leal e altaneiro é Bento Gonçalves, quer na guerra, quer ao socorrer gentilmente aquele que derrota no duelo. Mesmo aí, Lopes Neto pouco se afasta da história do Rio Grande, em que o trabalhador da fazenda poderia, a qualquer hora, ser chamado para defender o solo gaúcho. Contudo, esse parece ser um dos recursos de que se vale na construção do “ter-sido”: ao eleger Blau como o homem-síntese do Rio Grande, oferece a visão de um homem simples, que se distancia do perfil tradicional de herói. Além disso, a opção de distanciar a narrativa do tempo narrado, lamentando o passar dos velhos tempos, sutilmente sugere ao leitor que estes são, agora, tempos não heróicos, em que desaparecidos estão, ou raros se fazem, homens como Blau e Bento Gonçalves.

Quer reinscrevendo o mito do gaúcho centauro e/ou do militar nobilitado, quer desmitificando a aura de nobreza e heroicidade dos heróis farroupilhas, os dois textos rompem com a concepção assimilada pelo imaginário popular, permitindo que um amplo espaço de reflexão seja aberto.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BARBEIRO, Heródoto. *História*. São Paulo: Scipione, 2004.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.
- _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: Obras Escolhidas I. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114- 119.
- _____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Obras Escolhidas I. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo. Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- _____. Experiência e pobreza. In: Obras Escolhidas I. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo. Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BRASIL, Antonio de Assis. *A prole do corvo*: Porto Alegre: Movimento, 1978.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS, Flávio de. *A escrita da história*. São Paulo: Escola Educacional, 2005.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- FERREIRA, Antonio Celso. A narrativa histórica na prosa do mundo. In: *Revista itinerária*. n. 15/16, 2000. p. 133-140.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. São Paulo: Ática, 2007.
- FLORES, Moacyr. *A revolução farroupilha*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Cia das letras, 2007.
- GOFF, Jaques Le. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- KOTECK, Luís Moraes. *Conhecendo o Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ática, 1994.
- MARIZ, Antonio de. Fortuna Crítica – primeiros textos Contos gauchescos. In: NETO, 2005. p. 132-135

- MAROBIN, Luiz. *A literatura no Rio Grande do Sul: aspectos temáticos e estatísticos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- MARTINS, Maria Helena. (Org). *Fronteiras Culturais Brasil- Uruguai- Argentina*. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.
- MEYER, Augusto. *Prosa dos pagos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1982.
- MUKAROVSKY, Jan. *Escritos sobre a estética e semiótica da arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.
- NETO, João Simões Lopes. *Contos gauchescos e lendas do sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- NETO, João Simões Lopes. *Contos gauchescos*. São Paulo: Martim Claret, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Brasiliense S/A, 1985.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- _____. Gaúcho: Mito e História. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre: UFRGS, v. 24, nº 3, 1989. p 55-63.
- PILETTI, Felipe. *Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ática, 2007.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa – tomo III*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papyrus. 1997.
- SARAMAGO, José. O dialogo com a história In: REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. Rio de Janeiro: Globo. 2003.
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. *História*. São Paulo: Ática, 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)